

Quem disse ?

«Para os próximos cem anos, que serão o início de um novo milénio, desejaria que cada ser humano vivesse em paz, em liberdade, num ambiente são e em condições de vida decentes»

Mikhail Gorbachev

Visão, 6 de Janeiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1047 13 JANEIRO 2000 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Sexta-feira na Assembleia da República

Guterres encerra debate do PSE

O secretário-geral do PS, António Guterres, encerra amanhã uma reunião alargada da direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu sobre a presidência portuguesa da União Europeia. A reunião decorrerá na Assembleia da República e no encontro vão participar, além do líder do PS, o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, Enrique Baron Crespo, o comissário europeu para a Justiça e os Assuntos Internos, António Vitorino, o secretário de Estado dos Assuntos Europeu, Seixas da Costa, bem como os ministros Ferro Rodrigues, Fernando Gomes e António Costa.

Entre os temas a abordar ao longo do encontro, de referir que o secretário de Estado dos Assuntos Europeus falará sobre as prioridades da presidência portuguesa, o ministro do Trabalho e da Solidariedade sobre emprego na perspectiva da cimeira de Março em Lisboa, enquanto os ministros da Administração Interna e da Justiça abordarão o tema «A Europa como espaço da liberdade, segurança e justiça».

Por sua vez, o comissário António Vitorino vai debruçar-se sobre a Carta dos Direitos Fundamentais, um dos «dossiers» mais importantes para o futuro da União Europeia. Quanto à delegação do Partido Socialista Europeu, recorde-se que três eurodeputados portugueses integram a sua direcção: António José Seguro, Helena Torres Marques e Luís Marinho.

Hoje, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, o ministro das Finanças e Economia, Pina Moura, reúne-se com o seu homólogo britânico, Gordon Brown, num primeiro encontro de trabalho sobre harmonização fiscal. De acordo com Pina Moura, a reunião vai servir para fazer o ponto da situação dos casos de divergência no que toca à harmonização fiscal, em que o Reino Unido aparece como um dos principais opositores.



O Governo vai levar a debate na próxima semana, na Assembleia da República, uma proposta de revisão da actual lei de financiamento dos partidos políticos. Com a apresentação deste diploma, o Executivo tem como principais objectivos proibir o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais por pessoas colectivas e reforçar a transparência do regime democrático, através de novos mecanismos de controlo das contas, ou seja, das receitas e despesas das forças políticas e das campanhas eleitorais. A proposta de lei partiu do ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, e pretende-se que reúna o maior consenso político dentro da Assembleia da República.

Política

Reunião entre Guterres e Prodi no Palácio de Queluz Portugal e Comissão Europeia em sintonia total



Os vinte comissários europeus e o Governo português estiveram segunda-feira reunidos no Palácio de Queluz para definirem objectivos e estabelecerem-se calendários para a presidência de Portugal da União Europeia. No final da reunião, tanto o primeiro-ministro, como o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, foram claros em sublinhar a completa sintonia de posições.

Sociedade & País

Porto 2001 Ópera, literatura e poesia no futebol na ligação a Roterdão



Poesia «publicitada» em jogos de futebol, uma ópera sobre pensadores das duas cidades e a ligação do «Elogio da Cultura» ao «Amor de Perdição» são alguns dos projectos conjuntos das capitais europeias da cultura em 2001, Porto e Roterdão.



Democracia mais transparente

Com o objectivo de tornar mais transparentes as despesas efectuadas pelos partidos nas campanhas eleitorais, o Governo vai apresentar na próxima semana, na Assembleia da República, uma proposta de revisão da actual lei de financiamento dos partidos políticos.

Esta iniciativa legislativa do actual Executivo irá ainda permitir que a Comissão Nacional de Eleições veja reforçados os seus meios para proceder à fiscalização das contas das campanhas eleitorais.

Paralelamente, o Governo pretende reforçar as coimas em caso de percepção de receitas ou de realização de despesas ilícitas, equiparando-se neste caso as coimas aplicáveis às pessoas colectivas e aos partidos políticos.

É intenção deste Executivo incentivar a participação cívica dos cidadãos, tornando-se para isso necessário uma crescente credibilização da vida política e da democracia. Medidas como a que agora se pretende ver aprovada, ao proibirem o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais por pessoas colectivas, vem reforçar a transparência do regime democrático através de novos e mais eficientes mecanismos de controlo de contas.

Este controlo de receitas dos partidos políticos e das campanhas eleitorais passa pela exigência de que os donativos de natureza pecuniária feitos por pessoas singulares sejam obrigatoriamente titulados por cheque quando o seu quantitativo exceder um salário mensal nacional, depositado em conta bancária aberta pelo partido para esse efeito e na qual só podem ser efectuados depósitos que tenham esta origem.

Esta aposta na qualidade da democracia, aliás um dos imperativos do actual Executivo, enquadra-se na aposta clara e inequívoca no desenvolvimento e modernização administrativa que se pretende para o País.

António Guterres deixou esta ideia bem clara na sua mensagem de Natal ao lembrar que «os portugueses não são de desistir quando metem mãos à obra e quando têm objectivos para alcançar. E esse objectivo é o da recuperação no espaço de uma geração o atraso estrutural que nos separa dos países mais desenvolvidos do centro da Europa».

Este objectivo, traçado pelo Governo socialista exige dos governantes um conjunto inovador de objectivos e de planos de acção, mas cuja concretização assentará, sobretudo, na capacidade de mobilização de toda a sociedade portuguesa, e é isso mesmo que se está a fazer.



UM GOVERNO QUE DEFENDA QUEM TRABALHA

Em entrevista ao «Acção Socialista» de 14 de Janeiro de 1982, o líder da UGT, camarada Torres Couto, tecia duras críticas à política social e laboral do Governo da AD e deixava um aviso: «Se este Governo não mudar radicalmente tem de vir outro que defenda quem trabalha.»

Na referida entrevista, Torres Couto criticava ainda a postura do PCP e da CGTP.

Por outro lado, e com chamada de primeira página, o «Acção Socialista» anunciava a realização do III Encontro dos Trabalhadores Socialistas da Comunicação Social agendado para os dias 30 e 31 de janeiro no Porto, iniciativa que teria como tema central de discussão e debate «Domínio e manipulação AD na Comunicação Social».

Destaque ainda nesta edição do órgão oficial do PS para um notável artigo do camarada Edmundo Pedro intitulado «O 18 de Janeiro e o Golpe da Polónia».

Como habitualmente, o «AS» preenchia uma larga fatia das suas páginas com notícias referentes à intensa actividade das secções e núcleos do PS, partido de projecto e de militantes.

J. C. C. B.

14 de Janeiro

Quem disse?

«A UGT continua a defender a integração de Portugal na CEE numa perspectiva de consolidação do regime democrático e de uma melhoria substancial das condições e do nível de vida da classe trabalhadora»

Torres Couto



Sampaio: Operação sem complicações

O camarada Jorge Sampaio teve alta, no dia 10, após uma intervenção cirúrgica a uma hérnia na virilha realizada na manhã do passado domingo.

A operação do Presidente da República demorou cerca de 45 minutos e «decorreu sem quaisquer complicações», conforme informou o director do Hospital de Santa Cruz, em Lisboa.

Sampaio, que foi submetido a uma anestesia geral, foi sujeito também a uma «rectificação» do seu ritmo cardíaco «que decorreu com sucesso», adiantou o clínico em conferência de imprensa.

A correcção da «perturbação do ritmo» cardíaco (chamada fibrilhação auricular) do chefe de Estado - operado ao coração há cerca de três anos e meio - «não era estritamente necessária» mas, como Jorge Sampaio estava anestesiado, foi feita a sua rectificação, acrescentou.

O cardiologista Ricardo Seabra Gomes garantiu que não há quaisquer problemas de ordem cardíaca com o Presidente:

«Não tem qualquer implicação» com a operação a «uma pequena hérnia inguinal esquerda recidivada» (por surgir depois do tratamento a uma hérnia anterior).

O cirurgião e médico pessoal de Sampaio, Eduardo Barroso, disse que o chefe de Estado teria alta dentro de 24 a 48 horas, confirmando-se o primeiro prognóstico.

O Presidente da República já tinha sido operado a duas hérnias inguinais (uma em cada virilha) há uma década e meia.

Jorge Sampaio deu entrada no Hospital de Santa Cruz minutos antes das 8 horas de domingo, tendo-lhe sido feitos pouco depois os últimos testes médicos antes da operação.

O Presidente da República foi operado pelo director dos serviços de cirurgia do hospital, Humberto Messias, e pelo seu médico pessoal, Eduardo Barroso.

A equipa médica integrou ainda duas anestesistas e dois cardiologistas, além de Daniel de Matos.

Pescas: Projectos para renovar frotas

A Secretaria de Estado das Pescas anunciou, no dia 7, em nota à Comunicação Social, que foram aprovados, na última Unidade de Gestão da Intervenção Operacional, 17 novos projectos de renovação por substituição da frota de pesca, num investimento total de 600 mil contos.

A aplicação desta verba visa a construção por substituição de oito embarcações de pesca polivalentes, seis arrastões de crustáceos, uma embarcação de cerco e duas de pesca de anzol, refere o documento. Foram ainda aprovados três projectos de desenvolvimento da aquicultura (criação piscícola em viveiros), com um investimento de cerca de 292 mil contos, a que

corresponde um apoio nacional de 73 mil contos e comunitário de 177 mil.

Os três projectos visam a modernização de uma unidade de crescimento e engorda de truta arco-íris em recintos flutuantes, em Montalegre, a adaptação de uma antiga marinha de sal em estabelecimento de piscicultura em Aveiro e a construção de uma unidade piloto de aquicultura associada aos recifes naturais na ilha de Armona, Olhão.

Por último, foi ainda aprovado um projecto de protecção de zonas marinhas, que tem como objectivo central a protecção e desenvolvimento de algumas espécies piscícolas no Algarve, no montante de 209 mil contos.

Seixas da Costa discute próxima CIG no PE

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, esteve presente no dia 11 na sessão da Comissão Constitucional do Parlamento Europeu, realizada em Bruxelas, onde se discutiu o lançamento da próxima Conferência

Intergovernamental (CIG).

A nova CIG será iniciada pela Presidência portuguesa da União Europeia em 14 de Fevereiro, data a partir da qual se deverão iniciar os trabalhos, quer ao nível preparatório quer no âmbito ministerial.

Bananas: o défice de verdade de Alberto João Jardim

Depois do défice democrático, do défice de urbanidade, surge mais uma vez o défice de verdade. Alberto João Jardim volta a deturpar e lidera destacado o «top» dos défices.

Agora, Alberto João Jardim e um deputado regional do PSD da Madeira produziram uma série de declarações pondo em causa a defesa que o Ministério da Agricultura tem assumido em todas as circunstâncias, relativamente à eventual reforma da OCM da banana no âmbito da UE.

Num comunicado, o ministério de Capoulas Santos repudia tais declarações e remete os seus autores para as actas dos Conselhos de Ministros da Agricultura da UE, nos dias 14 e 15 de Junho, 27 e 28 de Setembro e 23 e 24 de Novembro de 1999, constam as intervenções inequívocas efectuadas sobre o tema em questão.

O Ministério da Agricultura «não pode deixar de lamentar as declarações produzidas, em termos a que os seus autores, infelizmente, já nos habituaram».

PORTUGAL E COMISSÃO EUROPEIA EM SINTONIA TOTAL

Os vinte comissários europeus e o Governo português estiveram segunda-feira reunidos no Palácio de Queluz para definirem objectivos e estabelecerem-se calendários para a presidência de Portugal da União Europeia. No final da reunião, tanto o primeiro-ministro, como o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, foram claros em sublinharem uma completa sintonia de posições. O presidente da Comissão Europeia demonstrou mesmo grande empenhamento num dos principais temas da presidência portuguesa e que está relacionado com as questões do emprego, combate à pobreza, incentivos às microempresas, investigação científica e generalização das novas tecnologias.

O primeiro-ministro, António Guterres, e o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, sublinharam segunda-feira, o grande entendimento existente quanto às prioridades da presidência portuguesa da União Europeia. Estas declarações foram proferidas em conferência de imprensa, na qual também participou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, que teve lugar após a reunião plenária da Comissão Europeia com os membros do Governo português, em Queluz, e imediatamente antes do almoço que local foi oferecido a todos os participantes pelo primeiro-ministro e actual presidente do Conselho Europeu, António Guterres.

Tanto o primeiro-ministro como o presidente da Comissão Europeia reiteraram a ideia de que a presidência portuguesa não deverá lançar nenhum novo processo, depois dos que já estão em curso na União Europeia. Pelo contrário, deverá procurar concretizar e implementar os já iniciados. Após a reunião que se destinou a acertar os pormenores, definir os objectivos e estabelecer os calendários do próximo semestre da União Europeia, António Guterres ouviu Romano Prodi reiterar que poderá contar com o «empenhamento da Comissão Europeia» para o ponto mais importante da presidência portuguesa, que será o Conselho Europeu extraordinário de Lisboa, em Março, com o qual se pretende dotar os Estados-membros de um pensamento e de uma estratégia comuns para fazer das economias europeias uma realidade tão dinâmica e poderosa como a economia norte-americana, sem perder de vista os actuais esquemas de coesão



social e sem secundarizar o combate contra a exclusão. Até à cimeira de Lisboa, Romano Prodi comprometeu-se a desenvolver uma série de iniciativas nos domínios do incentivo às microempresas e ao espírito empresarial, da investigação científica e tecnológica e da difusão de novas tecnologias da informação.

A este propósito, António Guterres sublinhou que, nas reuniões, a presidência e a Comissão Europeia tiveram uma grande identidade de pontos de vista no sentido de que «antes, durante e depois» da cimeira de Lisboa sejam desenvolvidos esforços visando dotar a Europa de uma estratégia que lhe permita tornar-se em dez anos um dos mais competitivos espaços económicos do mundo. Neste contexto, e depois dos processos de Colónia, Cardiff e Luxemburgo, e da criação do euro, o secretário-geral do PS advertiu logo que não será lançada mais nenhum processo neste domínio. Por outras palavras, segundo António Guterres, a presidência portuguesa da União Europeia, nos conselhos europeus de Lisboa e de Santa Maria da Feira, vai tomar «decisões, por forma a simplificar e aprofundar os vários processos já existentes em relação às reformas económicas europeias, emprego e coesão social». A presidência portuguesa também acrescentará novas dimensões a esta problemática em áreas como a sociedade de informação e do conhecimento, combate à pobreza e exclusão social.

Paralelamente ao campo do emprego e do desenvolvimento, como salientou o chefe do Governo, a presidência portuguesa pretende contribuir para o esforço de ser encontrada «uma nova metodologia de coordenação que permita que em cada um dos processos em curso de decisão haja indicadores de objectividade nas metas a alcançar».

António Vitorino confiante

Em outro «dossier», na Conferência Intergovernamental (CIG), António Guterres salientou a importância do contributo que a Comissão Europeia vai apresentar no dia 26 deste mês. Sobre este assunto, Romano Prodi disse que as conclusões deste processo serão tiradas na presidência francesa, que ocorrerá no segundo semestre deste ano, depois dos preparativos feitos na presidência portuguesa. Sobre este tema específico, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, revelou que assinara segunda-feira à tarde as cartas que enviou a todos os países membros da União Europeia pedindo-lhes sugestões para as negociações da CIG.

Interrogado sobre o problema levantado pelos camionistas franceses, o ex-primeiro-ministro italiano adiantou que a Comissão Europeia optou por uma estratégia «de acção rápida», enquanto o chefe do Governo português frisou que o assunto esteve também presente na reunião do

ministro Jorge Coelho com Loyola Palacio, vice-presidente da Comissão Europeia e responsável pelas relações com o Parlamento, Transportes, Energia, e Erkki Liikanen, comissário para as Empresas e Sociedade de Informação.

Outro tema abordado na conferência de imprensa relacionou-se com o processo de alargamento da União Europeia, que deverá concretizar-se após a conclusão da CIG. António Guterres declarou então que a candidatura da Turquia à União Europeia não terá condições diferentes das que foram colocadas a outros países. O chefe do Governo e presidente do Conselho Europeu defendeu que o diálogo com a Turquia «vai ser intensificado», lembrando, depois, que a candidatura turca será um dos temas agendados para o próximo Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia.

Outra questão controversa e preocupante no panorama internacional é a da guerra entre a Rússia e a Tchequia. O ministro dos Negócios Estrangeiros sublinhou que, neste momento, já há sinais claros da parte da União Europeia na gestão da cooperação com a Rússia, acrescentando que este é outro dos temas a debater no próximo Conselho de Assuntos Gerais. «É necessário haver uma maior coordenação das decisões de Helsínquia e, também, um acompanhamento da evolução da situação», declarou Jaime Gama.

Também presente na reunião do Palácio de Queluz, o comissário europeu da Justiça e dos Assuntos Internos, António Vitorino, afirmou esperar que o plano de acção para a criação do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça seja aprovado durante a presidência portuguesa da União Europeia. Falando à margem das reuniões entre os comissários europeus e os ministros portugueses, o ex-dirigente socialista manifestou-se ainda com esperança de que este conjunto de decisões possibilite alterar a agenda da Conferência Intergovernamental. O plano de acção é uma lista das tarefas a realizar durante os próximos cinco anos para a instituição de um espaço europeu de Liberdade, Segurança e Justiça. No Palácio de Queluz, António Vitorino esteve reunido com os ministros da Administração Interna e da Justiça, respectivamente, Fernando Gomes e António Costa.

Após a série de reuniões, foi servida aos comissários europeus uma ementa com um forte cunho português na Sala da Música do Palácio de Queluz. Depois de uma lagosta suada à moda de Peniche e de um parto de Singeverga, seguiram-se uma sobremesa de pudim Abade de Priscos, tudo acompanhado por vinhos como o Tapada de Chaves 97 branco, Vinha Grande 95 tinto e Porto Nieport 20 anos.

REFORÇAR A TRANSPARÊNCIA DA DEMOCRACIA

O Governo vai levar a debate na próxima semana, na Assembleia da República, uma proposta de revisão da actual lei de financiamento dos partidos políticos. Com a apresentação deste diploma, o Executivo tem como principais objectivos proibir o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais por pessoas colectivas e reforçar a transparência do regime democrático, através de novos mecanismos de controlo das contas, ou seja, das receitas e despesas das forças políticas e das campanhas eleitorais. A proposta de lei partiu do ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, e pretende-se que reúna o maior consenso político dentro da Assembleia da República.

A iniciativa legislativa do Governo vai ainda permitir um reforço dos meios da Comissão Nacional de Eleições (CNE), bem como a proibição da utilização de material não biodegradável nas acções de campanha eleitoral e de propagação dos partidos políticos. Pela parte do Executivo liderado por António Guterres, mantém-se ainda a disponibilidade para se proceder à diminuição dos limites máximos de despesas realizadas em cada campanha eleitoral.

Com a medida de proibir o financiamento dos partidos por parte de empresas, o Governo quer eliminar «um dos focos de conflitualidade entre partidos e uma alegada suspeição sobre as contas destes e das campanhas eleitorais. Estabelece-se ainda que os partidos e as candidaturas não podem adquirir bens ou serviços a pessoas colectivas, nacionais, ou estrangeiras, a preços inferiores aos praticados no mercado». Ainda segundo a proposta de lei, «o reforço do controlo das receitas dos partidos políticos e das campanhas eleitorais passa pela exigência de que os donativos de natureza pecuniária feitos por pessoas singulares sejam obrigatoriamente titulados por cheque quando o seu quantitativo exceder um salário mensal nacional, depositado em conta bancária aberta pelo partido para esse efeito e na qual só podem ser efectuados depósitos que tenham esta origem». De referir, igualmente no que respeita a esta capitulação, que dentro dos limites dos donativos consideram-se também os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo. Pela proposta de lei do Governo, é também aditado um novo artigo sobre despesas



dos partidos políticos. Esse artigo estabelece que a realização de qualquer despesa dos partidos superior a um salário mínimo mensal nacional «é feita através de cheque, devendo os partidos proceder trimestralmente às reconciliações bancárias». Este artigo responde por esta via a várias questões antes suscitadas pelo Tribunal Constitucional. No regime contabilístico, designadamente na discriminação das despesas, acrescentam-se as correspondentes às contribuições para campanhas eleitorais e elimina-se a expressão «corrente após despesas com aquisições de bens e serviços». Por outro lado, «aumentou-se no elenco de listas anexas à contabilidade dos partidos a lista com extractos bancários de movimentos das contas e os extractos de conta de cartão de crédito».

Campanhas com menos gastos

De acordo com o diploma apensado pelo Governo, os donativos para campanha ficam sujeitos às mesmas regras dos donativos para os partidos políticos, sendo obrigatoriamente depositados em conta bancária aberta para o efeito e para o apuramento dos limites em donativos. Consideram-se igualmente os donativos em espécie, bem como os bens cedidos a título de empréstimo. De salientar que,

reforça os meios aos dispor da CNE para proceder à fiscalização das contas das campanhas eleitorais.

Sanções mais pesadas

Um dos aspectos mais significativos da proposta de lei do Governo reside no endurecimento do regime sancionatório para quem não cumprir a legislação sobre financiamento. Desta forma, é agravada a coima máxima no caso de percepção de receitas ou de realização de despesas ilícitas, equiparando-se as coimas aplicáveis às pessoas colectivas e aos partidos políticos. Também neste campo, propõe-se o agravamento das coimas máximas «no caso de não discriminação de receitas e despesas e não prestação de contas. Pelo diploma do Executivo, estas duas situações são equiparadas. Estabelecem-se ainda «coimas aplicáveis aos dirigentes partidários e aos administradores de empresas que participem em actos de financiamento proibido».

Finalmente, ainda no que respeita às principais linhas do diploma do Governo, exige-se que a publicidade e a propagação dos partidos e das campanhas eleitorais seja sempre feita em material biodegradável, estando assim no horizonte a possibilidade de serem proibidos os tradicionais pensões de plásticos, bem como outros meios de campanha.

O Governo sabe que a regulação do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais tem sofrido várias alterações nos últimos anos. No entanto, tal como se refere na nota de exposição de motivos da proposta de lei, «algumas questões, que se prendem essencialmente com as doações por empresas, ou a sua proibição, o controlo das contas dos partidos e das campanhas eleitorais, e os limites de despesas com a campanha eleitoral, mantêm-se em aberto no debate público». Nesta matéria, o Executivo reconhece que «as soluções encontradas não têm sido consensuais, pelo que a questão dos financiamentos dos partidos e das campanhas eleitorais é um assunto recorrente e de suspeição da credibilidade da vida política».

Atento a este factos prejudiciais à transparência do nosso regime democrático, o Programa do XIV Governo, nomeadamente no capítulo V, com o título «A qualidade da democracia», sustenta-se que o Executivo irá apostar «na reforma do Estado e das instituições políticas». E uma dessas iniciativas já previstas no Programa do Governo é precisamente o «aperfeiçoamento do regime de financiamento dos partidos, no sentido de maior transparência e controlo».

MISSÃO: REFORMAR E DESCENTRALIZAR

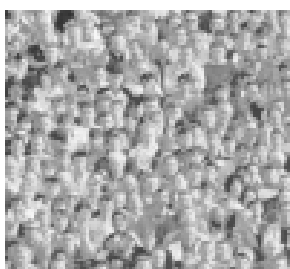
O Executivo socialista decidiu, no passado dia 6, em reunião de Conselho de Ministros, criar uma Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado.

A referida Missão, que funcionará na dependência do ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, será composta por representantes de todos os ministros que integram o Governo e disporá de um núcleo permanente constituído por representantes dos ministros da Presidência, da Administração Interna, do Planeamento, das Finanças, da Saúde, do Trabalho e Solidariedade, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública.

A Missão terá o mandato de um ano, competindo-lhe elaborar, sob a orientação do ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, propostas programáticas, organizativas e legislativas respeitantes à reforma da organização territorial da Administração Pública, bem como acompanhar a respectiva concretização.

O Executivo pretende, com esta medida, definir as grandes linhas estratégicas da reforma democrática do Estado no âmbito da organização territorial da Administração Pública, potenciando o significativo consenso gerado em torno de alguns pontos da agenda política da anterior legislatura.

Tais pontos são a prioridade de correcção das assimetrias regionais, com vista a uma maior equidade no desenvolvimento; a necessidade de reforma da administração periférica do Estado, visando a



coordenação territorial das políticas públicas; a descentralização de competências para as autarquias locais, associações de municípios e áreas metropolitanas; e a articulação entre os vários níveis da administração do Estado, promovendo o envolvimento dos parceiros económicos, sociais e institucionais e tornando mais transparentes as relações entre as actuações públicas e privadas. Pretende-se, pois, privilegiar as políticas centradas no território, a racionalização da administração desconcentrada e a concretização dos princípios da subsidiariedade e da descentralização, rompendo com sistemas tradicionais que constituem óbices à competitividade de Portugal num contexto de união económica e monetária europeia, nomeadamente a tradição de compartimentação sectorial das políticas públicas, a descoordenação resultante da existência de mais de três dezenas de modelos de organização territorial do Estado, a subalternidade da política regional e a excessiva centralização administrativa e financeira.

SUBSÍDIO PARA EX-TRABALHADORES

O Conselho de Ministros aprovou no dia 6, em Lisboa, um decreto-lei que permitirá a atribuição de um subsídio extraordinário de compensação superior a um milhão de contos aos cerca de mil trabalhadores da zona incendiada do Chiado.

A verba de um milhão e cem mil contos foi acordada depois de um compromisso estabelecido pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Escritórios e Serviços de Portugal (CESP), a Câmara Municipal de Lisboa, o Ministério do Trabalho, Banco de Portugal e Fundo Extraordinário de Apoio à Recuperação do Chiado (FEARC).

Porém, para a verba ser desbloqueada foi necessário elaborar a proposta de alteração

ao decreto-lei que regulamenta o regime jurídico do FEARC que foi aprovada na passada reunião de em Conselho de Ministros, realizada quinta-feira.

O valor a atribuir a cada trabalhador no âmbito do subsídio extraordinário depende do número de anos de casa.

Assim, será estabelecido um valor-base, comum a todos, sendo este multiplicado pelo número de anos de casa de cada trabalhador.

O subsídio destina-se aos ex-trabalhadores do Chiado que tenham ficado numa situação de desemprego involuntário na sequência do incêndio e que ainda se encontrem numa situação de carência social.

ACTIVIDADE TERMAL EM MUDANÇA

O Governo do PS estabeleceu, no dia 22 de Dezembro, em Conselho de Ministros, um regime aplicável à exploração da Zona Termal das Caldas da Rainha, mediante a criação do Hospital Rainha D. Leonor e da Sociedade Termas da Rainha. O diploma define uma estrutura organizacional da actividade termal na cidade das Caldas da Rainha, com vista à sua reabilitação, o que se justifica dado o valor intrínseco das águas e o passado histórico desta área.

Para atingir os objectivos citados redefine-se a organização do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, separando-se a unidade de reumatologia do restante hospital.

Pretende-se deste modo imprimir uma nova dinâmica à sua gestão, tornando-a mais moderna, empresarial e competitiva. Com o mesmo propósito, foi também criada uma fundação à qual será afectada a gestão patrimonial relacionada com a actividade termal e atribuída a promoção de estudos científicos destinados a melhorar a qualidade dos tratamentos e a dinamização de todas as iniciativas necessárias ao desenvolvimento da actividade termal das Caldas da Rainha. Finalmente a exploração das termas será feita por uma sociedade que, para o efeito, foi também criada por este diploma.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que cria a Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado;
- Uma resolução que nomeia Nuno Gonçalo Castelo Vitorino presidente da Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado;
- Uma resolução que comete a coordenação do processo de transferência de novas atribuições e competências para as autarquias locais ao ministro Adjunto, através do secretário de Estado da Administração Local, e o acompanhamento do mesmo processo ao ministro das Finanças, através do secretário de Estado do Orçamento;
- Uma resolução que cria a Comissão Nacional e a Comissão Executiva do Centenário de Eça de Queiroz;
- Um diploma que altera o decreto-lei relativo ao regime jurídico dos títulos de dívida a curto prazo, comumente denominado «papel comercial»;
- Um decreto-lei que mantém em vigor um regime especial de despesas públicas para o projecto «Loja do Cidadão»;
- Um decreto-lei que altera o regime jurídico do Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado (FEARC);
- Um decreto que regulamenta a lei relativa ao controlo público da riqueza dos titulares dos cargos políticos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprovou os Estatutos do Instituto de Desenvolvimento Social;
- Um diploma que altera o decreto-lei que instituiu o Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC);
- Um diploma que altera a resolução do Conselho de Ministros que aprovou o Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART);
- Uma proposta de lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico a directiva europeia sobre os critérios de pureza específicos dos aditivos alimentares com excepção dos corantes e dos edulcorantes;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária que estabelece as condições e regras aplicáveis a certas categorias de estabelecimentos e intermediários no sector da alimentação animal situados em países terceiros;
- Um decreto-lei que altera alguns limites máximos de resíduos de produtos fitofarmacêuticos à superfície e no interior de frutos, produtos hortícolas e cereais, transpondo as respectivas directivas europeias;
- Um decreto-lei que exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 1.2268 hectares de terreno baldio, situado no concelho de Alcobaca e integrada na Alva de Pataias, para efeitos da construção do quartel dos Bombeiros Voluntários de Pataias;
- Um decreto-lei que exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 3.2424 hectares de terreno baldio, situado no concelho de Alcobaca e integrada na Alva de Pataias, para efeitos de expansão da zona habitacional de Pataias;
- Uma resolução que nomeia vogais do Conselho de Administração do IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas) António Manuel da Silva Osório e José António de Sousa Canha.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AGRICULTURA

No âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, recebeu em audiência, na passada sexta-feira, dia 7, em Lisboa, uma delegação do COPA (Committee of Agricultural Organisations) e COGECA (General Committee for Agricultural Co-Operation), entidades representativas da agricultura europeia.



Capoulas Santos acompanhou estas organizações num encontro com o primeiro-ministro, António Guterres, que decorreu, ao final da tarde, na residência oficial, em São Bento.

AMBIENTE

O Governo socialista investirá, nos próximos seis anos, 40 milhões de contos na requalificação e preservação do litoral. A garantia foi dada, no dia 7, em Grândola, pelo ministro do Ambiente, José Sócrates, classificando esta área do território nacional como uma «prioridade» do Executivo.



O governante falava durante a visita realizada às praias dos concelhos de Grândola (Aberta Nova) e Santiago do Cacém (Santo André), tendo assistido, no segundo caso, à demolição de uma das últimas construções clandestinas. «Esta visita serve para dar visibilidade ao trabalho que está a ser feito na implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sado/Sines», no âmbito do qual as preocupações são «limitar a usurpação, demolir e requalificar, proteger e devolver o litoral às

populações».

Para que estas acções sejam «mais rápidas» e porque a orla costeira «é um recurso natural fundamental para o desenvolvimento do País», Sócrates assegurou um «novo fôlego» para a preservação ambiental no litoral, assente nos POOC (existem nove no País, cinco dos quais já elaborados).

Para além reforço financeiro de 40 milhões, que será aplicado «em acções de demolição e requalificação nos locais em que forem necessárias», vão ainda ser formadas equipas de técnicos cuja função será gerir, a nível regional, a aplicação dos POOC.

«A sua acção estará assente numa visão de conjunto e não apenas limitada às praias», explicou o ministro do Ambiente, confiante de que estas são as medidas indicadas «para os planos não ficarem na gaveta» e terem «uma intervenção directa na vida das pessoas».

EDUCAÇÃO

Permitir uma corrente contínua entre quem ensina e quem determina as regras da arte é o objectivo da criação de uma comissão que fará parte do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e que congrega todas a ordens profissionais.



Presidida pelo ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, a cerimónia de posse da Comissão Permanente das Ordens e das Associações Profissionais decorreu terça-feira, dia 11, em Lisboa.

Este organismo completará assim a estrutura criada em 1998, o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAES), que tem como objectivo assegurar a harmonia, coesão e credibilidade do processo de avaliação e acompanhamento do ensino superior, tendo em vista a observância dos padrões de excelência a que deve corresponder o funcionamento global do sistema.

Em declarações à Imprensa, o presidente do Conselho, Adriano Moreira, explicou que uma das tarefas do CNAES, «que mais tem a ver com o amanhã», é assegurar o desenvolvimento de uma relação construtiva entre o ensino e a sociedade civil.

«Isto é um problema fundamental numa época em que o modelo orientador é a sociedade da informação e do saber», disse.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, acompanhado pelo secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, Narciso Miranda, presidiu, no dia 11, em Lisboa, à cerimónia de apresentação do novo navio «Sete Cidades».



O acto oficial decorreu, ao final da tarde de terça-feira, no Cais da Rocha Conde d'Obidos, na sala Almada Negreiros.

FINANÇAS

O ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, deu posse, ontem, em Lisboa, ao Gorfí - Gabinete para a Operacionalização da Reforma Fiscal. Os membros do Gorfí, cuja cerimónia de tomada de posse decorreu no Salão Nobre do Ministério das Finanças, são António José Magalhães Machado, Fernando Castro Silva, Luís Manuel da Silva Oliveira, Luís Máximo dos Santos e Ricardo Sá Fernandes.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, anunciou no dia, no Porto, o reforço das verbas destinadas à Polícia Judiciária para melhoria de instalações e aquisição de equipamentos.

Sem especificar montantes, o governante disse que no início do próximo mês de Fevereiro deverá entrar na Assembleia da República uma proposta de PIDDAC que permitirá a duplicação das verbas destinadas a Polícia Judiciária.

António Costa falava no final de uma visita às obras do novo edifício da Polícia Judiciária do Porto, orçado em três milhões de contos, que deverá ficar concluído em Outubro.

Segundo o titular da pasta da Justiça, a duplicação das verbas está destinada sobretudo à ampliação e reforço de equipamento e melhoria de instalações, designadamente do Laboratório da Polícia Científica.

O reforço de equipamentos visa melhorar a capacidade de telecomunicações da PJ, os sistemas de informação automáticas, em particular no que diz respeito às impressões digitais, e os serviços da central de informação criminal.

«É evidente que a melhoria da investigação criminal não passa só por mais meios, mas também pelo investimento em matéria de qualidade», frisou referindo o trabalho que

tem vindo a ser desenvolvido em conjunto com o Ministério da Administração Interna para melhorar a orgânica da investigação criminal.

António Costa salientou «o esforço e a capacidade» que a PJ tem evidenciado, acrescentando que, relativamente ao Porto 2001-Capital Europeia da Cultura, esta polícia estará a «200 por cento» ao serviço da segurança da cidade de forma a que «o Porto 2001 seja também um Porto seguro».

TRANSPORTES

A equipa governativa chefiada pelo camarada António Guterres está a proceder à recuperação do Arquivo Histórico dos Caminhos-de-Ferro, cuja actividade integra a memória do País nos últimos 150 anos. Falando em Cabeceiras de Basto, no passado sábado, dia 8, o secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, disse que a recuperação do arquivo contraria a tendência para a degradação que vinha sendo permitida nos últimos anos.



«Quando chegámos ao Governo verificámos que, em alguns casos os documentos se estavam a estragar e que, sobretudo, não cumpriam a sua função de mostrar o que foi o desenvolvimento de Portugal por via do comboio», referiu Guilhermino Rodrigues.

O governante falava durante a cerimónia de cedência à Câmara local do Núcleo Museológico de Arco de Baúlhe e dos equipamentos da antiga estação da Linha do Tâmega da CP, que decorreu no auditório municipal.

A anteceder a cerimónia, o secretário de Estado dos Transportes inaugurou a central de camionagem de Arco de Baúlhe, uma obra que custou 70 mil contos e lançou a primeira pedra da futura Central de Transportes de Cabeceiras de Basto.

Segundo Guilhermino Rodrigues a reactivação do Arquivo Histórico da CP completa o trabalho em curso de criação do Museu Ferroviário Nacional, para o qual - venceu - foi adoptada uma óptica de ligação a Núcleos Museológicos locais ou regionais como o de Arco de Baúlhe e em cuja gestão participam as autarquias.

O governante salientou que «a CP deixou de seguir uma política de abandono de linhas regionais, para procurar concertar soluções com as autarquias e os agentes locais».

DEPUTADO BARROS MOURA

Presidência portuguesa da UE

EM DEFESA DO MODELO SOCIAL EUROPEU



«Portugal assume a Presidência da UE num momento de consolidação do euro, mas de incompletude do mercado único por não estar realizada a harmonização fiscal. Numa situação de boas expectativas para a economia europeia, mas de instabilidade, crises e pobreza no plano internacional devido à dificuldade em dominar a globalização financeira. De instabilidade política e militar nos Balcãs e no Cáucaso e de enormes incertezas na Rússia e Ucrânia; de grandes incógnitas na política internacional; de conflitos religiosos e étnicos», afirmou na Assembleia da República o deputado socialista Barros Moura, numa intervenção centrada na Presidência portuguesa da UE. É neste contexto, referiu, «que a UE acelera os preparativos para a grande transformação política que será o alargamento a Leste. No mesmo momento inicia uma reforma das suas instituições que deveria prepará-la para funcionar eficazmente e com mais democracia após o alargamento». Assim, adiantou, «o exercício da Presidência será sem dúvida muito exigente e problemático. Auguramos que Portugal desempenhe um grande papel e dê um contributo relevante para o reforço da unidade europeia com a conclusão dos dossiers difíceis que tem pela frente». Segundo Barros Moura, «as prioridades que o Governo definiu correspondem à melhor interpretação, dentro das limitações institucionais e políticas existentes, dos interesses do desenvolvimento e reforço da UE, e contém contributos inovadores, como o alargamento - que exige cada vez

mais uma identidade comum em matéria de política externa e de segurança além de uma estratégia consistente de consolidação da integração política e de reforço da coesão económica e social para que não haja retrocesso através da transformação da UE em mera zona de livre comércio», bem como «a criação de capacidades próprias de defesa militar, para garantir uma afirmação europeia em situações de crise, cuja falta é uma das evidências clamorosas dos conflitos da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo». Como contributos inovadores, Barros Moura referiu ainda «uma acção comum em matéria de assuntos internos e de justiça, para garantir que as liberdades de circulação dos cidadãos europeus serão exercidas em condições de legalidade e segurança, sem transformar a Europa num espaço fechado e discriminatório contra os cidadãos originários dos países mais pobres», bem como «a saúde pública e a segurança alimentar como componentes da realização do mercado único» e «o emprego com respeito do modelo social europeu e combate à exclusão social, o que não é incompatível, antes faz parte das condições da competitividade europeia». Assim, o deputado socialista considerou que «a efectiva colocação do crescimento e do emprego como prioridade prática de todas as políticas da União exige o reforço da coordenação das políticas dos Estados-membros em matéria de emprego, do mercado interno e das políticas económicas».

Portugal no centro da construção europeia

Esta Presidência coloca de novo,

simbolicamente, «Portugal no centro do processo de construção europeia», referiu Barros Moura, acrescentando, no entanto, que desta vez «o nosso país superou a fase em que se limitava a reclamar dos seus parceiros "especificidades" subalternizantes e a exibir uma postura de "bom aluno" - que reduzia a sua capacidade negocial e só não conduziu a maus resultados porque à frente da Comissão estava Jacques Delors - para passar a participar em pé de igualdade na condução dos assuntos comuns e na definição das linhas políticas para toda a União». A nova postura do Governo português, sublinhou, «consiste em ganhar no tratamento solidário das questões comuns uma autoridade política reforçada para reclamar um tratamento justo para as questões de interesse próprio do nosso país em aplicação, não de uma qualquer especificidade proteccionista, mas dos próprios princípios gerais dos Tratados e das políticas da UE». Um bom exemplo, entre tantos, «é a definição do emprego como uma prioridade "horizontal" da União. Portugal teve aí, e o Conselho Europeu extraordinário de Lisboa deverá confirmá-lo, um papel decisivo. Também neste domínio o Governo foi criticado pelos expoentes de uma concepção tacanha e obsoleta segundo a qual o emprego não seria questão nossa, por termos um número oficial baixo de desempregados, o que aconselharia a que só nos ocupássemos em reclamar "fundos" para a nossa "especificidade"... o outro nome do atraso para quem é incapaz de reconhecer que o país progrediu muito,

também, graças ao processo de integração na Europa».

Migalhas laranja

Na mesma matriz, referiu, se filia a oposição declarada ou implícita ao alargamento e, agora também à inclusão a prazo da Turquia, «como forma errada de reclamar um tratamento diferenciado para Portugal, esquecendo a solidariedade de que a seu tempo beneficiámos. Tais posições isolam Portugal e acabam por só justificar a concessão de migalhas como as que o Governo do PSD recebeu em troca de abdicar da segunda etapa do período de transição agrícola». Segundo sublinhou, «Portugal realiza-se e defende melhor os seus interesses no centro do processo integração europeia! Isto não significa abdicar da capacidade, incluindo a legada pela história, de desenvolver relações diversificadas no plano internacional, como este Governo vem demonstrando exemplarmente com o Brasil e outros países e regiões. Significa apenas que Portugal assume sem complexos a opção europeia e, nessa comunidade de objectivos e de destino, exerce a fundo, sem se por à margem, todas as prerrogativas». Contra algumas ideias feitas, Barros Moura disse ser necessário «chamar a atenção para que o alargamento, seja pelas dimensões da maior parte dos Estados candidatos, seja pela diversificação de níveis de desenvolvimento que trará à União é susceptível de contribuir para um reequilíbrio de poderes entre os Estados e, assim, favorecer a capacidade negocial do nosso país».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO CASIMIRO RAMOS

Relocalização de serviços administrativos

A ERRATA ERRADA



O PSD está a habituar-se a recorrer ao agendamento potestativo de matérias que, apesar da sua importância fundamental, acabam por receber um tratamento «superficial e furtivo». O alerta foi lançado, no dia 6, pelo deputado do Grupo Parlamentar do PS Casimiro Ramos, no âmbito da discussão em plenário da Assembleia da República do projecto de lei laranja que visa a «relocalização distrital dos serviços desconcentrados da administração central». O tronco comum da actividade legislativa da bancada do PSD resume-se à «apresentação de propostas avulsas, para resolver problemas estruturais da orgânica do Estado». Os membros dispersos deste tronco

encontram uma possível explicação, segundo o parlamentar socialista, na «situação bicéfala ou tricéfala do PSD». Mas, «independentemente dos objectivos subjacentes ao projecto de lei n.º 23/viii, não pode ser alheia à sua discussão o facto do mesmo consistir numa proposta que não está devidamente fundamentada nas áreas que pretende rectificar, não considerando, portanto, que é contraproducente mexer em tudo, sem saber se tudo está mal, a não ser que admita que a centralização que cimentou durante anos, funciona toda mal», argumentou Casimiro Ramos. A título de exemplo o deputado do PS salientou que o artigo n.º 1 do diploma em causa carece exactamente dessa fundamentação, o que torna claramente incompreensível o seu artigo segundo, no qual não se indica sequer as áreas da

administração central que devem ser relocalizadas, ou se há serviços locais que as possam receber. Para o parlamentar socialista, o projecto de lei laranja é uma errata, como fora, aliás, assumido pelo próprio PSD. «Seria preciso no futuro fazer a errata da errata», considerou. Depois de garantir que as insuficiências do diploma em discussão não ficavam pelo exposto, Casimiro Ramos frisou ser indispensável que a abordagem de relocalização de serviços do Estado, esteja assente em duas lógicas de pensamento estratégico, nomeadamente a lógica do planeamento e a lógica da cidadania. Assim, «a alteração deste sistema (de serviços administrativos centrais) não pode ser levado a cabo sem uma discussão profunda, um estudo sério e um intercâmbio de informação e de

experiências com os municípios e com as freguesias, que de facto são quem tem a ligação mais directa com os cidadãos», disse, acrescentando que, para os socialistas torna-se «fundamental que as mudanças sejam «o reflexo da vontade dos cidadãos e não o condicionamento da sua vontade, introduzida unilateralmente pelo Estado, através da via legislativa». Evocando o relatório elaborado pela 4ª Comissão sobre o projecto de lei laranja, Casimiro Ramos terminou a sua intervenção reiterando a natureza deficitária do diploma, uma vez que «carece mesmo do parecer das das associações representativas dos municípios e das freguesias e por outro lado não indica sequer, qual a legislação que ficaria revogada por via da sua aplicação».

MARY RODRIGUES

DEPUTADA HELENA RIBEIRO

Reforma da Administração Pública

BANIR A TRADIÇÃO CENTRALIZADORA

A deputada socialista Helena Ribeiro manifestou, na sessão plenária da Assembleia da República, realizada no dia 6, a «total disponibilidade» do Grupo Parlamentar do PS para participar activamente, num esforço «constutivo e alargado», na busca das soluções mais adequadas tendo em vista a reforma da administração pública em geral e o incremento da racionalidade e da eficiência da administração periférica do Estado, em particular.

«Não podemos, contudo, deixar de questionar a sua adequação constitucional, que se nos depara muito duvidosa, dado que aponta para a consagração de um modelo de governo de Assembleia, de todo em todo, descoincidente com o nosso paradigma de organização política», objectou a parlamentar, frisando de seguida o «carácter vago, lacunoso e até indigente» do diploma, «quer no ponto de vista das ideias que corporiza quer do ponto de vista

daquele que seria uma razoável técnica legislativa».

Segundo confirmou Helena Ribeiro, a bancada parlamentar do PS está consciente que a reforma da administração constitui uma exigência inadiável em ordem ao incremento da competitividade e da modernização do País.

«Sabemos que o caminho a trilhar é o da adopção de medidas que assegurem a descentralização, a desconcentração e a desregulamentação, dentro do quadro legal em vigor», disse, sublinhando que «tal tarefa se reveste, porém, de uma elevada complexidade», carecendo de uma vontade política «determinada», «consensualizada» e «séria» de «banir a tradição secular centralizadora que sempre marcou indelevelmente a nossa Administração Pública».

Recordando a luta travada pelo Governo do Partido Socialista em prol da reorganização do País em regiões administrativas, Helena Ribeiro falou de

uma «visão mais exigente de democracia», de «um modelo mais justo de desenvolvimento» e de «uma noção mais aprofundada de cidadania».

«Rejeitada a proposta da regionalização, o PS não sucumbiu ao apelo da inacção, nem cedeu ao discurso da acomodação», reiterou a deputada, explicando que «os portugueses, dizendo não às regiões, não disseram sim ao centralismo».

Assim, segundo Helena Ribeiro, «onde o PSD se limita a retroceder, o Governo pretende inovar. Onde o PSD se move segundo uma lógica avulsa e desgarrada, o Governo aposta na concretização de uma sólida e consistente reforma da Administração Pública».

Contrariamente ao propugnado no presente projecto de lei laranja, onde se abdica completa e demagogicamente da dimensão regional da Administração Periférica do Estado, a bancada socialista defende que se deve operar uma nova e mais eficiente articulação entre as funções

de planeamento estratégico, necessariamente reservadas a entidades de âmbito territorial supra-districtal, e as funções de coordenação e execução concreta das políticas locais, a serem atribuídas a órgãos sediados a um nível mais próximo dos cidadãos.

«Que fique bem claro que não desvalorizamos a importância que os distritos foram assumindo, ainda que muitas vezes de forma meramente simbólica, na organização administrativa do País», frisou a deputada do PS, ressaltando que o que não é aceitável «é limitar uma política de racionalização da administração periférica do Estado à distritalização completa de todos os serviços».

«Estamos disponíveis para os consensos que viabilizam a reforma, estamos totalmente indisponíveis para os consensos paralizantes e inibidores da acção transformadora», concluiu Helena Ribeiro.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Finanças

POR UM SISTEMA FISCAL PROGRESSIVO QUE PROMOVA JUSTIÇA SOCIAL



O deputado do PS Joel Hasse Ferreira afirmou no dia 22 de Dezembro, na Assembleia da República, que «o combate à fraude e à evasão fiscais exige uma maior operacionalização da máquina tributária, a criação de um clima cultural e social mais favorável a um comportamento eivado de civismo por parte dos contribuintes, regras que favoreçam a sã competição regulada na economia, processos de controlo e dissuasão que impeçam comportamentos fraudulentos e novas regras quanto aos sectores onde ainda estão facilitados os comportamentos típicos da evasão fiscal».

Numa intervenção centrada sobre a fraude e evasão fiscais, um flagelo a merecer um combate sem tréguas, de forma a que se possa implementar um sistema fiscal progressivo que promova a justiça social, Joel Hasse Ferreira destacou um conjunto de medidas tomadas nos últimos anos pelo Governo do PS para reformular e dar mais eficácia à máquina fiscal.

Mais eficácia fiscal

Segundo o deputado socialista, resultou da análise da evolução do crescimento económico e da variação da inflação nestes quatro anos, em comparação com



a subida verificada nas receitas fiscais, que «houve um aumento significativo da eficácia fiscal, pela qual temos que louvar o Governo».

Acrescentou que «é um caminho que interessa prosseguir, mas que deverá passar também pela introdução de novas medidas qualitativas de combate e prevenção da fraude e da evasão fiscais». O parlamentar socialista referiu que «só quando todos pagarem é que cada um poderá pagar menos e haverá mais recursos para usar. Em favor da solidariedade, do desenvolvimento e da justiça social, nossos objectivos de sempre».

Joel Hasse Ferreira sublinhou que «a necessidade de lutar de forma vigorosa e eficaz contra a evasão e a fraude fiscais impõe-se numa sociedade moderna, como se impõe a luta contra o banditismo, a corrupção e o crime».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA MARIA SANTOS

Touros de morte

A TRADIÇÃO É ALGO QUE SE RENOVA, SE FAZ E SE DESFAZ



Numa declaração de voto, a deputada socialista Maria Santos sublinhou no dia 22 de Dezembro que votou contra todos os projectos de lei sobre as toureadas com touros de morte, por considerar que «estamos em condições, a pouco mais de uma semana do século XXI, de escolher novas condutas, mais próximas de uma ética emergente, assente na concepção de que a vida, em todas as suas expressões, não deve ser inútil e gratuitamente violentada».

Referindo não desconhecer «a dimensão antropológica e simbólica do touro e das festas religioso-profanas que lhe estão associadas», salientou, no entanto, que «a tradição e a cultura, como sabemos, não são conceitos, nem realidades imutáveis». A tradição, segundo sublinhou Maria Santos, «é algo que se renova, se faz e se desfaz, constantemente. É fruto da condição humana e esta não é estática, evolui».

O projecto do CDS-PP merece da deputada do PS duras críticas. Na opinião de Maria Santos, o projecto do partido liderado por Paulo Portas «é preocupantemente sinuoso, altamente contraditório e condenável, porque pretende transformar as autarquias em "policias de costumes" ou "fiscais" de tradições culturais».

Segundo a deputada do PS, «a excepção



prevista para Barrancos é contestável, entre outros aspectos, no plano jurídico, porque rompe com o princípio da aplicação geral da legislação penal em todo o território nacional».

Neste momento, adiantou, «não estamos a falar de um animal simbólico. Estamos a falar de uma noção revolucionária. Estamos a falar do bem-estar e dos direitos dos animais».

J. C. CASTELO BRANCO

BRUXELAS

Conferência de Imprensa

GUTERRES NEGA QUE ESTRATÉGIA PARA EMPREGO SEJA «DESPESSISTA»

O primeiro-ministro António Guterres rejeitou ontem em Bruxelas que a estratégia da presidência portuguesa para o emprego e competitividade da Europa possa minar a disciplina orçamental exigida pela moeda única (euro).

Falando num encontro com jornalistas portugueses na capital belga, o chefe do governo português e presidente em exercício do Conselho Europeu disse que as propostas da presidência portuguesa da União Europeia para a Cimeira extraordinária de Lisboa, não são susceptíveis de minar o controlo das despesas públicas dos Quinze e de violar o chamado Pacto de Estabilidade orçamental.

«A introdução de indicadores quantificados

no processo de coordenação europeia das políticas de emprego, uma medida preconizada por Portugal à luz da Cimeira de Lisboa, dá maior relevo a determinados segmentos, tais como a sociedade da informação e do conhecimento, o combate à exclusão social, a investigação ou a educação, sem que tal implique o disparar das despesas do Estado», considerou António Guterres.

O documento com as ideias portuguesas sobre «como aumentar a competitividade e o crescimento de uma economia europeia orientada para a capacidade de inovar e de se modernizar, mas com mais protecção e coesão sociais» será apresentado, na próxima semana, aos primeiros-ministros, parceiros sociais e instituições da UE.

«Queremos que Lisboa seja um ponto de viragem», declarou o primeiro-ministro salientando o carácter «muito ambicioso» da reunião especial de chefes de Estado ou de governo dos Quinze que vai decorrer dias 23 e 24 de Março na capital portuguesa.

Se a presidência conseguir levar por diante, na íntegra, os seus planos, Lisboa será o trampolim para a articulação permanente entre os processos distintos iniciados em três cimeiras europeias: Luxemburgo, Cardiff e Colónia sobre, respectivamente, coordenação de políticas de emprego, reformas económicas no Mercado Interno e orientação das políticas macro-económicas para o objectivo da criação de emprego.

Paralelamente, a Cimeira de Lisboa deverá associar-lhes os novos objectivos da reforma

dos sistemas de protecção social, do combate à exclusão social, da coesão social, do desenvolvimento da sociedade da informação e do investimento na ciência, investigação e na formação profissional.

Em terceiro lugar, deverá aí ser definido o que António Guterres designa por «método de coordenação aberto» ao abrigo do qual a ambicionada coordenação efectiva de políticas de emprego dos Quinze, sob o chapéu comum das Grandes Orientações de Política Económica, se articulará em torno de indicadores quantificados.

Estes indicadores «serão aplicáveis às áreas em que a subsidiariedade (só fazer ao nível europeu o que é impossível aos níveis local e nacional) o permitir», sublinhou o primeiro-ministro.

LISBOA

Reunião

GRUPO PARLAMENTAR DO PSE DEBATE PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

O camarada António Guterres, secretário-geral do PS, participa hoje e amanhã numa reunião alargada da direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu (PSE), cujo tema central é a presidência portuguesa da União Europeia.

Na reunião, que decorrerá na sala do Senado da Assembleia da República, estão também previstas as participações de Seixas da Costa, que falará sobre as



prioridades da presidência portuguesa, de Ferro Rodrigues, que abordará o tema do emprego na perspectiva da próxima cimeira europeia de 23 e 24 de Março sobre esta mesma matéria, de Fernando Gomes e António Costa, no que concerne aos temas da Europa como espaço de liberdade, segurança e justiça, e de António Vitorino, que intervirá também sobre o ponto relativo à Carta dos Direitos Fundamentais.

No final da reunião, no dia 214, terá lugar uma conferência de Imprensa de Enrique Baron Crespo, presidente do Grupo Parlamentar do PSE, e de António José Seguro, presidente da delegação portuguesa e vice-presidente da direcção do Grupo.

Os camaradas António José Seguro, Helena Torres Marques e Luís Marinho são os portugueses que fazem parte da direcção do Grupo Parlamentar do PSE.

PAC

António Campos defende

AGRICULTORES DEVEM APOSTAR EM PRODUTOS DE QUALIDADE E DE SEGURANÇA

O camarada António Campos continua a apontar caminhos para os nossos agricultores.

A agricultura portuguesa poderia ser o «grande motor da mudança» na União Europeia ao passar a apostar numa cadeia alimentar de qualidade e de segurança, defendeu no Montijo, António Campos, deputado do PS no Parlamento Europeu.

«Portugal deve aproveitar os nichos de mercado, em aberto na UE, da qualidade dos produtos agrícolas», sustentou António Campos, que interveio recentemente no Seminário nacional do Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas (SETA), que decorreu subordinado ao tema «Consequências da

Nova PAC e da Agenda 2000 na Agricultura Portuguesa».

«A agricultura portuguesa pode tirar benefícios do atraso em que está para criar através da qualidade dos produtos em detrimento da quantidade», sustentou ainda António Campos, que considerou a PAC uma política «suicida e assassina». «Os consumidores europeus querem, cada vez mais, cadeias alimentares de qualidade e segurança» e a agricultura portuguesa devido ao seu atraso e dimensão tem todas as potencialidades para satisfazer este desejo, referiu.

«O facto de Portugal ser um país pequeno e estar atrasado (nomeadamente, na reduzida utilização de químicos) dá vantagens comparativas em relação aos

outros países da UE», sugeriu.

Em relação à PAC, o camarada António Campos, um dos maiores especialistas em questões agrícolas e desde sempre um defensor intransigente dos nossos agricultores, afirmou que esta se baseia na atribuição, em grande maioria, aos agricultores que produzam «grandes quantidades» de subsídios anuais totais no valor de oito mil milhões de contos.

Referindo-se aos sectores agrícolas aos quais a PAC atribui a «grande maioria» dos subsídios a fundo perdido (nomeadamente, o dos cerealíferos, o das carnes e o dos lacticínios), António Campos considerou que Portugal não pode concorrer por razões climáticas com os outros parceiros da UE.

Assim, sustentou, 90 por cento dos oito mil milhões de contos anuais de subsídios atribuídos pela PAC são destinados a cerca de dez por cento dos agricultores da UE, os que produzem «grandes quantidades de cereais, carnes e leite».

Portugal que por razões climáticas não consegue produzir «grandes quantidades de cereais, carne ou leite» apenas recebe cerca de 140 mil contos de subsídios anuais da PAC, afirmou.

Ainda sobre o futuro da agricultura portuguesa, António Campos defendeu a urgência da reflexão dos problemas. Actualmente, existe um «grave problema» que é o das pessoas não quererem reflectir sobre os problemas, sustentou ainda.

ÓPERA, LITERATURA E POESIA NO FUTEBOL NA LIGAÇÃO A ROTERDÃO

O Porto 2001 ganha uma nova dinâmica. Tudo se conjuga para que a cidade do Porto venha a estar no centro da cultura europeia e mundial.

Poesia «publicitada» em jogos de futebol, uma ópera sobre pensadores das duas cidades e a ligação do «Elogio da Cultura» ao «Amor de Perdição» são alguns dos projectos conjuntos das capitais europeias da cultura em 2001, Porto e Roterdão.

Paulo Cunha e Silva, responsável pela área do Pensamento, Ciência, Literatura, Projectos Transversais e Articulação com Roterdão na Porto 2001, SA, disse recentemente no Porto que «começam a estar estabilizadas e assumidas» as propostas de programação conjunta das duas capitais.

Pela primeira vez na história das capitais europeias da cultura duas cidades vão partilhar o evento, num «modelo de estereofonia» que, segundo Paulo Cunha e Silva, «estimulou» os programadores das duas cidades.

Os projectos conjuntos Porto/Roterdão vão desenvolver-se em quatro «camadas», da Memória, Dimensão simbólica, Grande público e Comunicação, com iniciativas em que se destacam os pontos comuns às duas cidades.

«Elogio da Loucura» e «Amor de Perdição»

Erasmus e o seu «Elogio da Loucura», uma das obras mais famosas de Roterdão, surge como «estrelas» (quase) sempre permanentes nos projectos conjuntos, com destaque para as suas reais e possíveis ligações a Damião de Góis (que conheceu pessoalmente Erasmus) e à obra de Camilo Castelo Branco «Amor de Perdição».

A Porto 2001 convidou quatro criadores



portugueses a produzirem um «portfolio» em torno do «Elogio da Loucura» e propôs a Roterdão 2001 um trabalho semelhante envolvendo o «Amor de Perdição» e a apropriação que dele fez Manoel de Oliveira no filme homónimo.

A loucura e as forças do divino associadas à passagem do milénio motivaram também a Porto 2001 a equacionar a realização de um conjunto de iniciativas num hospital psiquiátrico português, cujos contornos não estão ainda definidos, o mesmo acontecendo com o local, dadas as incertezas quanto ao futuro do Hospital Conde Ferreira.

O «elemento simbólico mais importante de Roterdão» surge também na ópera que a Casa da Música do Porto está a preparar sobre as relações entre Erasmus e Damião de Góis, com libreto (quase concluído) do holandês Gerrit Komrij e música do português António Chagas Rosa.

Em Agosto de 2001, as principais equipas de futebol das duas cidades, FC Porto e Feyenoord, vão realizar dois jogos (um em cada cidade), em que os painéis de publicidade serão substituídos por inscrições metafóricas de poetas das duas capitais.

«Memórias coloniais, futuro multicultural»

«Memórias coloniais, futuro multicultural» é o tema de uma exposição comissariada pelo brasileiro Ricardo Basbaum, que «será uma tentativa de, através da leitura de um passado comum (a colonização do Nordeste brasileiro por portugueses e holandeses), encontrar traços e afinidades no âmbito da programação cultural».

As «artérias da comunicação» destinam-se a promover a comunicação e criação de amizades virtuais, através da Internet, entre

pessoas que se situam em pontos homólogos (bares, museus ou praças, por exemplo) do Porto e Roterdão.

Exposições sobre a arquitectura de Roterdão, a arte portuguesa e holandesa dos anos 90 e o fim das moedas europeias, uma antologia de autores holandeses e portugueses e a realização de oito curtas metragens e documentários a integrar no projecto «City Life 2001» são outras iniciativas conjuntas previstas.

A programação das duas capitais da cultura constará da Agenda 2001, ilustrada por 12 fotografias (uma por mês) de dois fotógrafos (seis fotografias cada), um português (Paulo Catrica) e outro holandês.

Os alunos das duas cidades serão convidados a participar em dois projectos, um de criação de textos «on-line» e outro de debate sobre questões científicas, estando prevista também uma reflexão sobre a contraposição entre as conceptualizações da vida e da morte do Homem holandês (norte-europeu e calvinista) e do Homem português (sul-europeu e católico).

De fora, ficaram algumas ideias que a Porto 2001 considerava interessantes, como a realização de cruzeiros culturais entre as duas cidades, por indisponibilidade das empresas holandesas do sector, que preferem atracar em Amsterdão.

Outro projecto abandonado foi o da co-produção de episódios da novela holandesa de grande audiência «Double Trouble», que a RTP «não se manifestou muito interessada», reconhecendo Paulo Cunha e Silva que não foi feita a mesma proposta à SIC e TVI.

Em estudo e negociação, estão iniciativas sobre a questão timorense, a ligação do Museu de Serralves aos de Roterdão, Utrecht, Amsterdão e Haia e debates e uma peça de teatro sobre a presença de judeus nas duas cidades.

PROTOCOLO DEFINE NOVAS REGRAS

Melhorar e coordenar o apoio judiciário com a informação e as consultas jurídicas gratuitas são os objectivos de um protocolo que foi assinado, no dia 11, em Lisboa, pelo ministro da Justiça, António Costa, e pelo bastonário da Ordem dos Advogados, Pires de Lima.

A assinalar a importância do acto esteve presente, na sede da ordem, o primeiro-ministro, António Guterres, que fez uma intervenção, numa altura em que o sector reclama mais atenção, mais reformas e mais verbas do Executivo socialista.

Segundo o protocolo, o Ministério da Justiça (MJ) e a Ordem dos Advogados (OA) estão de acordo em que cumpre

assegurar que a informação e consulta jurídica e o patrocínio judiciário sejam exercidas por advogados de pleno direito, definindo, por outro lado, os parâmetros da intervenção dos advogados estagiários. Assim, a partir de 1 de Fevereiro, a OA procederá à designação exclusiva de advogados,

eventualmente acompanhados de estagiário, nos processos criminais com pena punível superior a oito anos, divórcios litigiosos, suspensão da eficácia de actos administrativos e recursos contenciosos em que o Supremo Tribunal Administrativo julgue em 1ª instância e na suspensão do despedimento individual e processo de trabalho em que esteja em causa o

despedimento do trabalhador. Tendo em vista proporcionar a formação de advogados estagiários, a OA designará patronos formadores a partir de 1 de Março de 2000 com o objectivo de acompanhar os estagiários na sua intervenção em tribunal.

«Os patronos formadores serão pagos, durante o ano 2000, por verbas que o MJ disponibilize para a formação, sob proposta da ordem», diz o documento, que prevê que a instalação de gabinetes de consulta jurídica no ano 2000 e 2001 seja efectuada de acordo com o programa que o MJ aprovar sob proposta que a OA apresentará até 28 de Fevereiro próximo. Para assegurar a interligação da

informação e das consultas jurídicas ao apoio judiciário, determina-se que os gabinetes constituídos para o efeito sejam «dirigidos por advogado nomeado pelo MJ sob proposta da ordem».

De acordo com o protocolo, a legislação de apoio judiciário e outras normas relativas ao patrocínio por advogado, com as constantes no Código de Processo Penal, serão objecto de revisão até 30 de Setembro de 2000, de modo a poder entrar em vigor com o Orçamento de Estado para o ano seguinte.

A execução do protocolo será acompanhada por uma comissão composta por sete elementos, três a designar pela OA e quatro pelo MJ.

EQUIPAMENTOS

375 milhões de contos

CONFIRMADO AEROPORTO NA OTA

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, anunciou, no dia 6, na Assembleia da República, que o novo Aeroporto Internacional de Lisboa será construído na Ota e terá um custo de cerca de 375 milhões de contos.

«Dentro de pouco tempo será submetida a Conselho de Ministros a decisão da construção da nova aerogare na Ota, bem como a decisão de avançar com os estudos para a construção do TGV (comboio de alta velocidade)», afirmou Coelho.

Durante o debate de urgência sobre a construção do novo aeroporto, o ministro garantiu que o aeroporto da Portela terá, mesmo depois das obras, uma capacidade máxima de 14 milhões de passageiros por ano e que esse limite será atingido por volta de 2008-2010.

Como a construção do novo aeroporto «demorará nove ou dez anos a fazer é preciso decidir agora», adiantou o governante, sublinhando que na anterior legislatura o Executivo já tinha decidido que, caso fosse necessária a construção de um novo aeroporto, ele ficaria situado na Ota, a norte de Lisboa, em detrimento da opção por Rio Frio, a sul do Tejo.

Jorge Coelho disse que «foram feitos estudos aprofundados» e que «houve reflexão» quanto à decisão a tomar.

Quanto aos custos envolvidos para a construção do aeroporto na Ota, o ministro do Equipamento referiu que são de 270



milhões de contos a preços de 1998, 335 milhões de contos a preços correntes e 375 milhões de contos se se contar com os custos financeiros da construção.

Jorge Coelho explicou a engenharia financeira do projecto: 65 milhões de contos de fundos comunitários, 42 milhões de contos através do *cash-flow* da ANA (Aerportos e Navegação Aérea), 201 milhões de contos com recurso a capital alheio e ainda 27 milhões de contos através de parceiros privados.

Na Gare do Oriente, em Lisboa, ficará

situado um posto de *check-in* avançado do novo aeroporto, para os passageiros que decidam deixar o carro em Lisboa, existindo uma ligação directa por comboio.

Uma opção política...

Muito criticado pela oposição, que questionou o ministro sobre o porquê da decisão ter recaído sobre a Ota, Coelho lembrou os estudos feitos, mas assumiu a opção política.

«O poder político responde perante os

portugueses» não perante a opinião das associações ou outras pessoas contrárias à decisão, sublinhou o ministro do Equipamento Social.

Coelho elencou igualmente uma série de obras a decorrer ou que vão ser lançadas nos aeroportos portugueses e que «ficarão todas concluídas dentro desta legislatura». Em relação ao aeroporto da Portela, afirmou que está a ser feito um investimento de 30 milhões de contos para aumentar a capacidade de dez para 12 milhões de passageiros por ano.

No Porto, o ministro adiantou que estão a ser feitas obras no total de 33 milhões de contos, para duplicar a capacidade de resposta (de três para seis milhões de passageiros), além da construção de parques de estacionamento e mangas de acesso e um novo terminal de bagagens. Tudo com o objectivo de tornar o aeroporto Sá Carneiro «um elemento fundamental para o desenvolvimento da região».

Quanto a Faro, o governante sublinhou que estão a ser feitas obras para duplicar a capacidade (de quatro para oito milhões de passageiros), de forma a tornar o aeroporto no «melhor aeroporto turístico da península ibérica».

No Funchal o investimento no aeroporto atinge os 110 milhões de contos, estando igualmente em estudo a construção em Beja de um aeroporto de carga, através da utilização da actual base aérea, e a extensão da pista do aeródromo de Bragança, apontou Jorge Coelho.

SEGURANÇA SOCIAL

Secretário de Estado anuncia

REFORÇO DA INTERVENÇÃO NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS MAIS DESFAVORECIDOS

O secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, anunciou recentemente, no Porto, o reforço dos meios para intervenção no desenvolvimento social e promoção da qualidade de vida dos mais carenciados.

«Os recursos serão mais significativos e a Área Metropolitana do Porto terá acesso mais facilitado a esses apoios», sublinhou Vieira da Silva na reunião de balanço do trabalho desenvolvido pela direcção do Projecto de Luta Contra a Pobreza no Bairro de S. João de Deus, um dos mais problemáticos da cidade do Porto.

Sem citar números, o secretário de Estado disse que a repartição dos fundos à escala regional será diferente do que aconteceu com o anterior Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), apesar das negociações do PDR para os próximos anos ainda não terem terminado.

Relativamente ao Projecto de Luta Contra

a Pobreza desenvolvido nos últimos nove anos no bairro de S. João de Deus, Vieira da Silva salientou a «interdisciplinaridade» dos projectos desenvolvidos e garantiu a continuação de alguns.

Respondendo ao desafio lançado pelo padre José Maia, responsável pela equipa que cessa funções no final do ano, o secretário de Estado garantiu que os projectos ARRIMO e ANIMA, nas áreas da toxicod dependência e apoio à infância (0-12 anos) e suas famílias, estão já incluídos no orçamento da Segurança Social para o ano 2000.

«O grande objectivo é transformar acções exemplares em acções correntes», sublinhou, acrescentando que os projectos desenvolvidos e apresentados pelo padre José Maia serão integrados na Segurança Social como «actividades normais».

O responsável pelo Projecto de Luta Contra a Pobreza no Bairro de S. João de Deus

fez um balanço «globalmente positivo» do trabalho desenvolvido, particularmente depois do presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, ter garantido que o projecto comunitário de renovação urbana URBAN será alargado àquele bairro.

O URBAN, até agora destinado ao centro da cidade e ao Bairro do Lagarteiro, possibilitará - segundo Nuno Cardoso - a construção de novos arruamentos, arranjos exteriores e a integração do bairro na malha urbana.

O padre José Maia recordou que foi o projecto de luta contra a pobreza em S. João de Deus que serviu de «arranque» e de «exemplo» ao Plano Especial de Realojamento (PER).

Coesão social

«Iniciámos o trabalho em 1990 e, em 1995, todas as 280 famílias residentes em barracas estavam realojadas», sublinhou,

salientando a «coesão social» ali existente. «No dia 10 de Junho, o PR devia condecorar o bairro porque é muito difícil encontrar um local onde coexistam pacificamente etnias tão diferentes como as que existem aqui», disse.

«Com os dois milhões de contos previstos para o projecto construímos 280 casas, um ginásio desportivo e um campo de futebol, além de diversas actividades que permitiram esta convivência pluriétnica», acrescentou.

O Bairro de S. João de Deus, onde residem 725 agregados familiares, é considerado um dos mais problemáticos da cidade devido a problemas relacionados com tráfico e consumo de droga.

O padre José Maia defendeu uma «maior intervenção» das forças policiais para reprimir o tráfico de estupefacientes naquela zona, uma vez que 80 por cento dos toxicod dependentes são exteriores ao bairro.

NOVA LEI DE BASES DO PATRIMÓNIO

Manuel Maria Carrilho, ministro da Cultura, deverá apresentar, ao Conselho de Ministros, até finais de Março, um novo quadro jurídico para o património nacional.

Uma nova Lei de Bases do Património Nacional é, pois, um dos principais objectivos do Ministério da Cultura (MC) para a presente legislatura, a qual é encarada pelo titular da pasta como uma «oportunidade única para dar um salto qualitativo» na intervenção no património português, criada pelo facto de o orçamento previsto para o sector rondar os 90 milhões de contos.

O montante é proveniente dos valores do III QCA (Quadro Comunitário de Apoio) e do financiamento nacional e, segundo Manuel Carrilho, representa um acréscimo de 75 por cento no orçamento do sector, comparativamente à legislatura anterior.

Quanto à Lei de Bases, Carrilho - que falava aos jornalistas após apresentação das linhas de intervenção a nível da política do património, que decorreu, na passada quinta-feira, dia 6, em Lisboa - considerou esta um instrumento de que «o País precisa», adiantando não apresentar «diferenças substanciais» em relação ao

documento que foi chumbado pelo Parlamento na legislatura anterior.

Mais intervenção

Para Manuel Maria Carrilho, o orçamento disponível permitirá continuar as intervenções já iniciadas em vários locais, como os mosteiros de Tibães, Tarouca, Alcobaça e Mafra e os museus de Etnologia (Lisboa), Soares dos Reis (Porto), D. Diogo de Sousa (Braga), Abade de Baçal (Bragança) e Tavares Proença (Castelo Branco).

Previstas estão também o início de intervenções que «se impunham há décadas», e que o governante considera ser possível concluir durante a actual legislatura, e das quais destacou as que serão realizadas nos mosteiros do Pombeiro e Grijó, no Convento de Santa Clara, em diversos monumentos do património cisterciense e nos museus de Aveiro, Évora, Nacional de Arqueologia (Lisboa), dos Coches, Machado de Castro (Coimbra) e Grão-Vasco (Viseu).

A cerimónia de quinta-feira - que integrou igualmente a tomada de posse dos directores do novo Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) e do

Instituto Português dos Museus (IPM) - teve também como objectivo o enunciar das linhas de intervenção do MC em relação ao património.

De entre estas, destacam-se o lançamento da Rede Portuguesa de Museus, a reformulação do inventário do património cultural - agora sob a coordenação do IPM -, a criação e consolidação do IPCR como organismo de referência na preservação do património cultural, a criação da carreira de investigação científica no Instituto Português de Arqueologia (IPA) e a conclusão do diploma das carreiras específicas nas áreas da museologia, conservação e restauro.

É ainda intenção da tutela avançar com a criação das figuras de Parque Cultural (com competências na área do Ordenamento do Território), do Estudo Prévio de Impacto Arqueológico, e do reforço da contratualização entre o Estado, a Igreja, as autarquias e os particulares proprietários de património classificado.

Melhor distribuição dos investimentos

A descentralização do investimento em todo o País e a disponibilização ao público

de informação mais adequada sobre o património foram também objectivos realçados por Manuel Maria Carrilho, aos quais acrescentou a necessidade de «agilizar e robustecer» sectores vitais na área patrimonial.

Nesta estratégia, além da criação do IPCR e da ampliação das competências do IPM, o titular da pasta da Cultura considerou ainda necessário proceder a «pequenos ajustamentos» nas orgânicas do Instituto Português de Património Arqueológico e do IPA.

A apresentação dos eixos fundamentais da política para o património cultural inaugurou uma série de iniciativas do MC, que pretende dar a conhecer de forma regular as estratégias para os vários sectores que tutela.

Assim sendo, espera-se esta semana a apresentação das políticas para o Livro e a Leitura, seguidas do Cinema e Audiovisual, das Artes do Espectáculo e, no dia 1 de Fevereiro, da apresentação «detalhada» do orçamento para 2000 do MC.

Durante este período, o ministro da Cultura pretende ainda apresentar publicamente um novo programa de apoio descentralizado a diversas formas de cultura popular, a iniciar no corrente ano.

ADEUS À VOZ INDEPENDENTE

Vítor Cunha Rego, fundador do Partido Socialista, faleceu, aos 66 anos, na passada terça-feira, dia 11, vítima de doença prolongada. Reagindo à notícia da morte de Cunha Rego, o primeiro-ministro António Guterres classificou-o como «uma das vozes mais independentes e mais activas da expressão da cidadania democrática no País».

«A sua excepcional capacidade intelectual e a sua integridade fizeram dele uma figura respeitada por todos, mesmo por aqueles que legitimamente criticava», acrescentou. «É com profunda emoção que presto sentido tributo à sua memória», disse ainda Guterres.

Perfil

Vítor José Costa da Cunha Rego nasceu a 30 de Agosto de 1933, em Oeiras, e era licenciado em Direito na Universidade de Grenoble.

O jornalismo foi a actividade onde mais se notabilizou, tendo iniciado a profissão como repórter do jornal lisboeta «Diário Ilustrado», de 1956 a 1957, de onde saiu como forma de protesto contra a falta de liberdade de Imprensa.

Pouco tempo depois, radica-se no Brasil, onde continua a sua carreira de jornalista,



como redactor do «Estado de S. Paulo», de 1958 a 1961.

Em seguida, passou a chefe de Serviço Internacional do jornal «Última Hora», entre 1963 e 1964.

Por último, e ainda no Brasil, desempenhou o cargo de Chefe de Serviço Internacional e Chefe de Redacção da «Folha de S. Paulo», de 1968 a 1973.

Regressado a Portugal, desempenha as funções de director do «Diário de Notícias», entre 1975 e 1976, para onde regressou há oito anos para assinar uma crónica diária.

Vítor Cunha Rego teve também uma

experiência acidentada na presidência da RTP onde foi acusado de usar a televisão como aparelho ideológico da AD.

Ainda no campo da Imprensa, foi também um dos fundadores do «Semanário».

Opositor do regime salazarista, é sucessivamente, e a partir de 1961, membro do Directório Revolucionário Ibérico, militante da Frente Patriótica de Libertação Nacional, Acção Socialista Portuguesa e Partido Socialista (1973).

Quanto a cargos políticos, foi chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros (1974), Mário Soares, e secretário de Estado-adjunto do primeiro-ministro (Soares), no I Governo Constitucional.

Fundador do PS, participou na elaboração dos estatutos e fez parte das comissões directiva e nacional, integrando, com Francisco Sousa Tavares e Alfredo Barroso, a ala mais à direita do primeiro congresso socialista em Portugal.

Afastando-se progressivamente do Partido Socialista, Cunha Rego foi ainda embaixador de Portugal em Espanha durante dois anos e meio, tendo abandonado, a seu pedido, o este cargo. Quanto ao abandono do PS, este foi formalizado, em Dezembro de 1978, através de carta enviada a Mário Soares.

Afastado da família socialista, viria a ser o

ideólogo da Aliança Democrática e, mais tarde, director da campanha eleitoral de Soares Carneiro.

A sua relação com Mário Soares, que havia conhecido durante o exílio em Itália, arrefece e dá-se a sua inflexão para a direita.

De Cavaco Silva pensava o pior possível. Numa entrevista a «O Independente», a 4 de Setembro de 1992, afirma que o então primeiro-ministro «não é um líder».

«É desonesto politicamente e foge quando tem um adversário que lhe faz frente», acrescenta.

Durante a presidência de Mário Soares, volta a aproximar-se do seu amigo, durante um almoço em que Soares lhe oferece o livro «Palácio de Belém» com uma dedicatória: «Ao Vítor, em recordação dos velhos tempos. Apesar de ter feito tudo para eu não estar onde estou».

Vítor Cunha Rego era possuidor de condecorações como as de Grão-Cruz das Ordens do Rio Branco (Brasil), Francisco Miranda (Venezuela), Mérito Cível (Espanha) e Grão-Oficial (Senegal).

Sobre a morte, esperava-a com serenidade. «Querida, acima de tudo, morrer sem medo. Travar com a morte as conversas que travo com o destino. Desejo muito que ela chegue. Que seja à minha maneira», disse um dia numa entrevista.



Abrantes

A maior árvore de Natal

A maior árvore de Natal esteve em Abrantes. A Câmara Municipal está mais uma vez de parabéns.



Utilizando a torre de comunicações existente no Alto de Santo António, com cerca de 80 metros de altura, o município de Abrantes criou uma árvore de Natal, com cerca de mil lâmpadas, e que foi visível a mais de 25 quilómetros de distância, provocando um grande impacto visual a quem dirigiu o seu olhar para Abrantes.

Cabeceiras de Basto

Obras de urbanização

Iniciaram-se recentemente as obras de urbanização do Largo da Tília, na Cruz do Muro, Refojos, e a pavimentação do caminho da Portela do Mocho na Faia.

A Câmara de Cabeceiras de Basto, num comunicado, informou a população que, na medida do possível, promoverá a realização das obras no mais curto espaço de tempo, visando minorar transtornos e incómodos aos cidadãos que normalmente usam estes espaços.

Cascais

Projecto inédito de reciclagem de papel

O município de Cascais, presidido pelo socialista José Luís Judas, continua no «top» das iniciativas inovadoras.

Assim, a Câmara de Cascais lançou recentemente um projecto inédito no concelho que envolve todos os efectivos da edilidade na recolha selectiva e reciclagem de papel, colaborando para a diminuição da quantidade de lixo depositado diariamente em aterro sanitário.

40 árvores são poupadas

Este projecto, que decorre nos edifícios da Câmara de Cascais, envolve cerca de 1500 pessoas, que depois de uma acção de formação, são responsáveis pela colocação diária do papel utilizado numa caixa de reciclagem possibilitando a recolha mensal de três toneladas de papel, evitando assim o abate de cerca de 40 árvores.

Coimbra

Novo passe electrónico

Os utilizadores dos transportes colectivos de Coimbra já estão a utilizar desde o princípio do passado mês de Dezembro um novo passe electrónico que lhes facilita a vida e diminui o tempo de paragem dos autocarros.



O presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, disse que o cartão de passe sem contacto com o obliterador do autocarro está equipado com um «chip» que permite identificar o utilizador «com a simples passagem junto do obliterador».

Segundo o autarca, esta «é uma operação delicada, uma vez que há muitos utilizadores», estimando que nos próximos três meses cerca de 12 mil utilizadores adiram à nova tecnologia dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), «que visa simplificar a vida das pessoas».

Os cartões tradicionais deverão ser substituídos pelos electrónicos até ao dia 6 de Março, «um prazo suficientemente alargado durante o qual os dois passes vão ser aceites», acrescentou.

«Para não onerar as pessoas», os cartões de passe sem contacto ficarão mais baratos que o preço de custo.

Assim, os titulares do passe actual poderão substituí-lo pelo novo por 500 escudos, enquanto os que aderirem pagarão o dobro.

O passe tem a identidade e fotografia do utilizador e só é válido quando carregado com o montante correspondente ao tarifário em vigor. O carregamento é feito em máquinas instaladas pelos SMTUC, funcionando o cartão como «uma espécie de porta moedas electrónico», explicou Manuel Machado.

Com o objectivo de estimular a adesão dos munícipes ao novo sistema, a autarquia criou três postos especiais para requisição e emissão do novo cartão: dois autocarros, na Praça da República e na Portagem, e um eléctrico restaurado em frente à Câmara Municipal.

A substituição dos cartões de passe está integrada num projecto de renovação do sistema de bilhetes do SMTUC, orçado em 150 mil contos, que teve início em meados de Junho com a criação de bilhetes de banda magnética (pré-comprados e de bordo).

Fafe

XIII Mostra de Artes Plásticas

A XIII Mostra de Artes Plásticas, que decorre desde 15 de Dezembro até 15 de Janeiro, tem a participação de quase quatro dezenas de artistas locais de diferentes áreas, da pintura e desenho à fotografia.

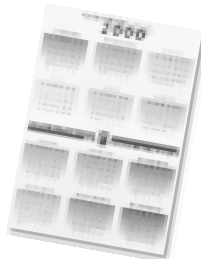


A mostra pode ser visitada no horário das 9 às 12.30 horas e das 14 às 17.30 horas, de segunda a sexta-feira, e das 14 às 17.30 horas, aos sábados.

Penha de França

Calendário 2000

A Junta de Freguesia da Penha de França volta a lançar uma iniciativa inédita e inovadora no panorama do poder local. Desta vez tratou-se de um calendário de parede para o ano 2000, a quatro cores, da autoria da prestigiada designer Inês Faria.



Com uma tiragem de 8000 exemplares, o calendário foi distribuído juntamente com o número de Dezembro do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França.

Segundo a autora, Inês Faria, «pretende-se distribuir as cores, de forma a que os meses de Verão tivessem cores quentes e os meses de Inverno ficassem com cores frias, enquanto os meses de Outono de Primavera ficassem com cores intermédias. O objectivo era que o conjunto fosse coerente».

Porto

Novos projectos de renovação

A Câmara Municipal do Porto aprovou

recentemente dois novos projectos de renovação da envolvente da capela de Nossa Senhora da Conceição, uma das mais belas da cidade, e da Rua da Restauração.

Trata-se de dois projectos integrados no Programa de Requalificação Urbana da Sociedade Porto 2001.

Santo Tirso

Seminário final do Costex

Promovido com o apoio da autarquia de Santo Tirso, realizou-se no passado dia 14 de Dezembro o seminário final do projecto Costex, que decorreu no Salão Nobre da Câmara.



O Costex é um projecto de informação, formação e apoio técnico às PME para redução dos custos operacionais na fileira têxtil/vestuário através do aumento da eficácia.

Sintra

Câmara e Jetro inauguram teatro virtual

A Câmara Municipal de Sintra e a Jetro (Organização Oficial do Comércio do Japão) procederam no passado dia 10 de dezembro à cerimónia de inauguração do Sistema de Visão Mágica – Teatro Virtual «Os Portugueses no Japão do Século XVI».



Para a instalação do Sistema de Visão Mágica a Câmara Municipal de Sintra construiu expressamente instalações apropriadas no parque da Liberdade, na Volta do Duche, na vila de Sintra, para usufruto de todos os seus habitantes e visitantes.

PS EM MOVIMENTO

ALMADA

PS crítica Câmara

Os vereadores e os membros da Assembleia Municipal do PS do concelho de Almada apresentaram um documento, aquando da discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Almada para o ano 2000, no qual consideram que a gestão municipal da CDU «está esgotada».

Para os autarcas socialistas, a CDU apresentou mais uma vez um Plano «sem criatividade, sem inovação, sem planos estruturantes e acima de tudo sem perspectivas de modernização e desenvolvimento».

Impotência

Na declaração de voto, os autarcas socialistas referem que «a CDU limita-se a acompanhar os grandes projectos e investimentos do Governo, limitando-se no plano das realizações de nível municipal a desenvolver soluções já tentadas, arrastadas e falhadas, manifestando muitas vezes a sua impotência para satisfazer o que promete e não pode cumprir».

«A CDU na Câmara Municipal de Almada tem dinheiro a mais e ideias a menos», sublinham os autarcas do PS na sua declaração de voto em que desmontam ponto por ponto a total incapacidade da gestão sem imaginação da CDU para responder aos desafios que se colocam neste virar de século e de milénio.

BENFICA

Movimento sindical em debate

A Secção de Benfica e São Domingos de Benfica realiza hoje, dia 13, pelas 21.30 horas, um debate sobre o movimento sindical para o século XXI.

Como convidados para debater este tema estarão presentes Júlio Fernandes, da UGT, e Carlos Trindade, da CGTP.

Trata-se de mais uma importante e oportuna iniciativa da Secção de Benfica e São Domingos de Benfica.

Freguesia em debate

Entretanto, está já agendado um debate para o próximo dia 27 sobre a Freguesia de São Domingos de Benfica, que contará com a participação do camarada António Catraia.

ENTRONCAMENTO

Boletim informativo

Saiu mais um número do boletim informativo da Secção do Entroncamento do PS, referente a Outubro, Novembro e Dezembro.

A quatro cores e com quatro páginas esta publicação intitulada «Entroncamento 2000» está repleta de motivos de interesse, com artigos onde se dá conta da intensa actividade desta estrutura.

«Na viragem para o próximo milénio, a Comissão Política do PS/Entroncamento, sob a presidência de João Lérias, assumiu uma política de renovação face ao grau de exigência da população do concelho», afirma o camarada Fernando Chambel num artigo intitulado «Uma nova política, um novo Entroncamento».



Itália Guterres no Congresso dos Democratas de Esquerda

O camarada António Guterres, na dupla qualidade de secretário-geral do PS e presidente da Internacional Socialista, participa hoje no Congresso dos Democratas de Esquerda, em Turim, Itália.

Trata-se do primeiro congresso dos Democratas de Esquerda, partido que substituiu o PDS (ex-comunistas), até agora liderado pelo primeiro-ministro italiano, Massimo D'Alema.

LEIRIA

Comunicado da Federação

O Secretariado da Federação do PS/Leiria, num comunicado do dia 10 de Janeiro, «congratula-se com o anúncio da decisão final do Governo em avançar com a construção do novo aeroporto internacional da Ota».

No comunicado, os socialistas leirienses repudiam, por outro lado, a posição do PSD em relação ao PROCOM, «não lhe reconhecendo qualquer legitimidade nas críticas dirigidas ao secretário de Estado do Comércio» e lembram que «o PSD enquanto governo não concretizou qualquer linha de apoio à modernização e defesa do comércio tradicional».

O PS/Leiria «reafirma o seu apoio às políticas implementadas por Osvaldo Castro de que muito beneficiarão os pequenos comerciantes do distrito e do país».

Vias de comunicação

O PS/Leiria congratula-se também «com o acelerado avanço das obras nas vias de comunicação A8 e A15, que demonstram a capacidade do Governo PS em fazer obra». Por último, a Federação de Leiria do PS «lamenta a perda do camarada, militante e amigo José Jaime Fernandes Ribeiro da Silva que dedicou toda a sua vida à causa pública e partidária de forma abnegada e desinteressada».

OLIVAL

Comunicado da JS

O Secretariado da JS de Olival emitiu um comunicado sobre a polémica questão da antiga igreja local.

Pronunciando-se sobre a consulta levada a cabo pelo pároco, a JS refere que «a população mostrou-se claramente favorável à reconstrução total da antiga igreja».

Assim, a JS de Olival, no comunicado, afirma que «está ao lado da população, esperando uma rápida intervenção de restauro do magnífico templo e que irá tudo o que estiver ao seu alcance para que a sua recuperação seja uma realidade».

«Estamos dispostos a dar o nosso pequeno contributo e ajuda a todos os que continuam a lutar por não deixar morrer a alma olivalense, da qual se encontra uma grande parte na bela e antiga igreja», lê-se ainda no comunicado dos jovens socialistas de Olival.

Almoço de Natal do PS

Realizou-se no passado dia 22 de Dezembro o tradicional almoço de Natal dos camaradas funcionários e colaboradores do PS, que decorreu no restaurante Chimarrão, no Campo Pequeno, em Lisboa.

O camarada António Guterres e vários dirigentes nacionais estiveram presentes neste almoço de confraternização em torno dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade.

Secção de Benfica e São Domingos de Benfica.

Faleceu a camarada Maria Dionísia Malacuto

A Secção de Benfica e São Domingos de Benfica está de luto. A camarada Maria Dionísia Malacuto, membro do actual Secretariado desta dinâmica estrutura do PS, faleceu no dia 32 de Dezembro.

Camarada e militante exemplar, amiga de longa data, Maria Dionísia Malacuto destacou-se pela sua competência, dedicação, tendo sido ao longo de vários anos uma mais-valia para esta Secção.

Toda a sua intensa actividade política foi norteada em defesa dos valores do socialismo democrático. Um exemplo de militância e de humanismo.

À família enluta e aos camaradas da Secção de Benfica e São Domingos de Benfica, o «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Literatura em Albufeira

A segunda sessão das Jornadas Literárias decorrem, no sábado, dia 15, pelas 15 horas, no Auditório Municipal. Este encontro com escritores de língua portuguesa, a cargo de Teresa Azinheira, subordina-se ao tema «Vergílio Ferreira: A Procura do Eu». A exposição «Pintar Português, da autoria de Artur Franco, encontra-se patente ao público, até ao dia 17, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros. A mostra poderá ser visitada diariamente, exceptuando domingos e feriados, entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Desenho em Amarante

Numa iniciativa conjunta da autarquia local e da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, realiza-se, este sábado, dia 15, pelas 16 horas, na Sala de Exposições Temporárias do Museu Amadeo de Souza-Cardoso, a inauguração da mostra «O Exercício do Desenho».

Dança em Coimbra

A Companhia de Dança Contemporânea de Évora apresenta, amanhã e no sábado, três coreografias do seu repertório recente, no Teatro Académico de Gil Vicente. «Perfilados de Medo», que inicia a digressão, é coreografado por uma das diretoras artísticas da companhia, Nélia Pinheiro, e interpretado por si própria, por Hugo Goepp, Catarina Trota e Rafael Leitão. «Solos - Novos Coreógrafos» preenche o segundo dia do programa com os trabalhos «maças, muralhas e mulheres», coreografado e interpretado por Catarina Trota, e «todos os dias, em todo o lado», da autoria Hugo Goepp, que também o interpreta. Também amanhã, pelas 21 e 30, a Casa Municipal da Cultura apresenta a II Mostra de Vídeo-Arte da ARCA - ETAC. No mesmo local será exibido, na próxima quarta-feira, dia 19, pelas 15 e 30, «Rumble Fish», um filme de Francis Ford Coppola, no âmbito do espaço cultural «O Cinema e o Valor da Fraternidade».

Filme em Faro

Os cinemas Santo António e Golden City exibem, amanhã, em estreia nacional, a película de M. Night Shyamalan, «Sexto Sentido», com Bruce Willis no papel principal.

Concerto em Ferreira do Alentejo

O Centro Cultural Manuel da Fonseca acolhe, amanhã, às 21 e 30, um concerto de Ano Novo, interpretado pelo quinteto

Metais do Alentejo. No sábado, dia 15, pelas 14 horas, abre ao público, no Espaço Museológico Municipal, a mostra de pintura e caricatura de Baltazar Ortega. A exposição permanecerá patente até ao final do mês.

Contos em Guimarães

Hoje, às 16 e 30 e 21 e 45, será exibida a fita de Les Mayfield, no Cinema São Mamede. Para quem gosta de clássicos cinematográficos a melhor opção será passar pelo Auditório da Universidade do Minho, hoje, a partir das 21 e 45, e (re)ver «Citizen Kane - O Mundo a Seus Pés», a obra prima de Orson Welles. O espaço cultural infantil a «Hora do Conto» volta amanhã, às 10 e 30, à Biblioteca Municipal Raúl Brandão, desta feita com uma história de Maria da Conceição Campos - «A Guerra do Sol e da Nuvem». Quarta-feira, dia 19, pelas 10 e 30, chega o teatro de fantoches à Biblioteca Municipal com a peça «A Ilha Mágica: A Carochinha e o João Glutão», de José Vaz. A partir deste sábado, a exposição «Coleccionismo» poderá ser visitada no Círculo de Arte e Recreio. Até ao final do mês o Museu Alberto Sampaio albergará a exposição fotográfica de Olívia Silva.

Smashing Pumpkins em Lisboa

A Casa da Comédia estreia hoje a peça teatral de Roland Dubillard, «Monstros III - O Regresso». Amanhã debutam nas salas de cinema os filmes «The Taste of Sunshine», de István Szabó; «O Sexto Sentido», de M. Night Shyamalan; e «Henry Fool», de Hal Hartley. Também amanhã e no dia 17, assista a uma versão da «Divina Comédia» de Dante, coreografada por Jean-Paul Buccheri. Trata-se de «Comédia Divina», uma dança que estará em exibição pelas 21 e 30, no Pequeno Auditório do centro Cultural de Belém.



Este sábado, dia 15, pelas 22 horas, o Coliseu dos Recreios acolherá o espectáculo pop/rock da banda Smashing Pumpkins.

Desporto em Montemor-o-Velho

O Campeonato de Futebol de 11 Masculinos Juvenis começa este domingo, dia 16, no Centro de Recreio Popular se Formoselha, na Freguesia de Santo Varão, com o jogo Formoselha vs. Rebordosa.

Romaria em Óbidos

O Solar da Praça de Santa Maria acolhe, a partir de hoje e até ao dia 30, uma mostra itinerante de artes plásticas. No dia 17 realiza-se a romaria ao «Santo Chouriço». Trata-se de uma iniciativa que congrega os universos sagrado e profano, no outeiro situado a noroeste da amuralhada vila de Óbidos, onde anualmente as gentes se juntam à volta de pequenas fogueiras para degustar um bom chouriço assado, confeccionado no próprio local e abundantemente regado com vinhos regionais.

Fotojornalismo em Portimão

A cidade portimonense foi um dos cerca de 70 locais de 35 países escolhido para receber a exposição World Press Photo, uma mostra itinerante que resulta de um concurso mundial que se realiza anualmente na área do fotojornalismo. A mostra deste ano, que contem um total de 200 fotografias, pode ser vista nas instalações da antiga fábrica conserveira Feu, a partir de amanhã e até ao dia 4 de Fevereiro.

Exposições em Sintra

As obras seleccionadas no âmbito do Prémio Amadeo de Souza-Cardoso podem ser apreciadas, até ao dia 23, na Quinta das Cruzadas. No total são 76 criações, representando 58 artistas. Patente até ao dia 26, a exposição de pintura, colagens e desenho de Paulo Athaide e Rui Mendo espera pela sua visita, na Galeria do Museu Regional, de segunda a sexta-feira, entre as 9 e 30 e as 12 horas, ou das 14 e 30 às 19 horas. Aos sábados, domingos e feriados o horário de exibição da mostra vai das 14 e 30 até às 19 horas.

Mostra internacional em Vila Real de Santo António

Encontra-se aberta ao público, até ao dia 30, no centro Cultural António Aleixo, a I Exposição Internacional de artes Plásticas de Vila Real de Santo António. Participam nesta mostra cerca de 30 escultores e pintores.

SUGESTÃO

Música para Charlot

O compositor norte-americano Wayne Horvitz apresenta, em primeira audição absoluta, no sábado, dia 15, no Grande Auditório do Rivoli-Teatro Municipal, no Porto, o acompanhamento musical para «O Circo», um dos grandes clássicos mudos de Charlie Chaplin. Neste concerto, o compositor fugiu ao seu estilo próprio, que envolve electrónica, samples e outras técnicas contemporâneas, e escolheu uma aproximação mais tradicional, por considerar que «num filme como este tem que se ter em conta um período de tempo». Segundo o compositor, «toda a música da obra é composta de forma tradicional, embora se use um computador para as notações». Robin Holcomb, pianista e mulher do compositor, Doug Wieselmann, Laura Schmidt e Mikhail Schmidt são os músicos que acompanharão Horvitz no concerto. Compositor e pianista, Wayne Horvitz tem tocado por toda a Europa, Japão e Estados Unidos e espalhado a sua assinatura pelo teatro, dança e audiovisuais. Nos últimos dez anos, Horvitz liderou várias formações, incluindo The President, Seattle based Pig Pen e um quarteto artístico com o saxofonista Briggan Krauss, o baixista Phil Sparks e o baterista Kenny Wollesen.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Liberdade *

Liberdade,
Tu a tens à vontadinha,
Que não eu.
Quero a minha,
E não a que me prometes
Lá no Céu.

Antes dançar do que dormir,
Já que não tenho a liberdade
De ganhar para vestir;
Já que não tenho a liberdade
De ganhar para comer,
Quero dançar,
Quero dançar para esquecer.

Liberdade,
Onde queres podes té-la,
Mas não eu
Quero vê-la,
Com meus olhos, que não vivo
Lá no Céu.

Dança esta dança sem temor,
Que eu quero ter liberdade
De abraçar o meu amor;
Que hei-de ter a liberdade
De ganhar para viver
E não dançar
E não dançar para esquecer.

António Nunes
* Liberdade. Poema escrito em Lisboa, datado e assinado (1946), musicado pelo maestro e compositor Fernando Lopes Graça.



PORTO SENTIDO

O lamentável episódio do fogo de artifício que deveria haver (e não houve) no início do mítico ano 2000, na cidade do Porto, permite infelizmente reflexões mais profundas sobre a verdadeira coesão nacional. Começo por assinalar, sem necessidade de outro testemunho, tantas têm sido as vezes a que ao assunto me tenho referido, que nada tenho a ver com a visão restrita daqueles que reduzem as questões nacionais a um Sul supostamente rico em confronto com o Norte supostamente pobre, ou mesmo a um Litoral supostamente beneficiado em oposição a um Interior supostamente prejudicado. Como é evidente rejeito ainda mais firmemente a dicotomia Porto-Lisboa em todo os seus afloramentos e quaisquer que sejam as suas proveniências. Por isso foi para mim incompreensível a reacção que determinados sectores, *autodenominados de mais esclarecidos*, tiveram relativamente ao falhanço dos festejos de Fim de Ano no concelho do Porto. É certo que a reacção saíu contra o Porto

não foi exclusiva de Lisboa: desta vez mobilizou e determinou mesmo algum supostos agentes de opinião da cidade e, de forma mesquinha, o PSD através do seu dirigente Amorim Pereira, que chegou a apelar a um boicote activo da população à festa do Dia de Reis. Lamentável, bastante mais lamentável que o episódio que está na origem da reacção. O Porto, a sua população, a sua cultura e o seu orgulho foram claramente maltratados nos últimos dias. Muitas das reacções "contra a Câmara do Porto" revelaram claramente uma arrogância e um antagonismo cultural perfeitamente intoleráveis. A dimensão dessa reacção foi claramente desproporcionada relativamente à falta cometida pela autarquia. Nada justificava o histerismo e mesmo o gozo gerado à volta deste incidente que incidiu sobre a generalidade das Gentes do Porto. A resposta dos portugueses foi a que se sabe e a percepção desta resposta foi mais uma vez surpreendente. Só quem não conhece ou não compreende o que verdadeiramente se está a passar

no País com o dinâmico e progressivo reequilíbrio dos pólos de desenvolvimento e de poderes, nomeadamente na dimensão cultural, pode ter-se admirado com a força e a nobreza dessa reacção. O Porto é hoje um centro de produção cultural, intelectual, social, desportivo e económico poderosíssimo. Muita gente tem andado distraída, mas mais cedo ou mais tarde acordará para esta realidade. O episódio do Fim de Ano e as reacções que provocou tem aspectos altamente positivos, mas também factores de perturbação. É necessário potenciar os primeiros e não deixar renascer fantasmas e controvérsias gratuitas que podem ser penalizadoras para todos. A Comemoração do Dia de Reis, que é já uma conquista irreversível das gentes do Porto será, estou seguro, transformada num símbolo de afirmação e poder da cidade. Oxalá nunca seja usada indevidamente como arma de arremesso contra o centralismo. Se assim for, bem pode dizer-se que quem foi à caça saiu caçado.

«Devemos combater a injustiça para viver livremente na dignidade. A paz é fruto da Verdade e da Justiça»

Adolfo Perez Esquivel
Visão, 6 de Janeiro

«Inovação e emprego, no plano interno, e alargamento e segurança, no plano externo, são pontos fortes dos seis meses em que Portugal está à frente dos Quinze»

Jaimé Gama
Visão, 6 de Janeiro

«Farei a minha própria contracandidatura»
Xanana Gusmão
Público, 9 de Janeiro

«As pessoas revelam-se pelas ideias que expressam para resolver as situações»
Idem, ibidem

«Os timorenses sentiram mágoa por os indonésios terem destruído o que construíram à custa do seu suor. Mas ouvi já dizer e as pessoas aplaudiram imenso: "Se quiserem vir enrolar todo este alcatrão para irem colocar na Indonésia façam favor»
Idem, ibidem

«A tese do PSD de que existe uma perigosa concentração de poder no PS é a revelação de uma grande dificuldade em digerir as derrotas em sucessivas eleições»
Paulo Pisco
Expresso, 8 de Janeiro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz